



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**DO ÓPIO AO CRACK: AS CRÔNICAS SOBRE DROGAS
NOS JORNAIS CARIOCAS DO INÍCIO DO SÉCULO
XX E O DISCURSO CONTEMPORÂNEO DO
JORNAL O GLOBO SOBRE O CRACK**

LIVIA ROCHA DE SANT'ANA

RIO DE JANEIRO
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**DO ÓPIO AO CRACK: AS CRÔNICAS SOBRE DROGAS
NOS JORNAIS CARIOCAS DO INÍCIO DO SÉCULO
XX E O DISCURSO CONTEMPORÂNEO DO
JORNAL O GLOBO SOBRE O CRACK**

Monografia submetida à Banca de
Graduação como requisito para
obtenção do diploma de Comunicação
Social/Jornalismo.

LIVIA ROCHA DE SANT'ANA

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa

RIO DE JANEIRO
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia, **Do ópio ao crack: as crônicas sobre drogas nos jornais cariocas do início do século XX e o discurso contemporâneo do jornal O Globo sobre o crack**, elaborada por Livia Rocha de Sant'ana.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profª. Dra. Cristiane Henriques Costa
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profª. Dra. Ilana Strozenberg
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profª. Dra. Marialva Carlos Barbosa
Doutora em História pela UFF
Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

SANT'ANA, Livia Rocha de.

Do ópio ao crack: as crônicas sobre drogas nos jornais cariocas do início do século XX e o discurso contemporâneo do jornal O Globo sobre o crack.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Cristiane Henriques Costa

SANT'ANA, Livia Rocha de. **Do ópio ao crack: as crônicas sobre drogas nos jornais cariocas do início do século XX e o discurso contemporâneo do jornal O Globo sobre o crack.** Orientadora: Cristiane Henriques Costa. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar uma comparação entre os discursos sobre drogas ilícitas que estavam presentes nos jornais cariocas do início do século XX, através das crônicas de João do Rio e Benjamin Costallat, e o discurso contemporâneo do jornal O Globo sobre o crack, droga que tomou conta da cidade dos últimos anos. Através desta comparação, o objetivo é constatar se houve, de fato, uma criminalização dos usuários e das drogas ilícitas no Brasil ao longo do século XX até os dias de hoje, e até que ponto a imprensa influenciou nessa criminalização. Ao longo do trabalho, são explicitadas as mudanças no contexto social da droga na sociedade brasileira, passando pelas mudanças nas leis sobre as substâncias ilícitas ao longo do século XX, pelo discurso da imprensa em geral em relação às drogas e do jornal O Globo em relação ao crack.

Palavras-chave: Drogas, imprensa, criminalização, Belle Époque, Rio de Janeiro, crack, O Globo, crônicas

AGRADECIMENTOS:

Agradeço os meus pais, que nunca me impuseram suas vontades e nem quiseram que eu seguisse uma profissão específica. Muito pelo contrário: sempre me encorajaram a seguir a profissão que eu sonhei em exercer desde muito pequena. Mesmo que os amigos deles e as outras pessoas não tenham dado muita bola quando eles contaram que a filha tinha passado no vestibular para Comunicação da UFRJ, eles continuaram felizes e orgulhosos do mesmo jeito, porque já sabiam que a filha tinha nascido para ser jornalista.

Agradeço especificamente ao meu pai, Jefferson, que me deu a oportunidade de ter uma formação que me proporcionasse alçar meus vôos e conseguir conquistar os meus objetivos. Ele sempre acreditou no meu potencial, independente e acima de qualquer coisa, e, no final das contas, provou que estava certo. Se hoje eu me formo Jornalista, devo isso a ele. Agradeço em especial também à minha mãe, Selma, que nos momentos de fraqueza e dificuldade me segurou com as suas palavras certas, nas horas certas. Se hoje eu tenho força em mim – nem que seja só um pouquinho – foi porque você, mãe, tatuou a sua força enorme em mim.

Agradeço à minha irmã, que incondicionalmente esteve sempre ao meu lado durante toda a minha jornada, com o seu coração imenso e generosidade imensurável. Outro dia você me disse no telefone que se precisasse, passaria privações para não ter que me ver mal. E acho que ser irmã é isso mesmo: estar disposto a abrir mão de tudo pra ver a outra bem. É muito bom saber que existe gente no mundo que sinceramente torce e sente muito orgulho de mim. Obrigada, Júlia, por me proporcionar viver com essa certeza.

Agradeço à minha família inteira, que é imensa: as tias Solange, Sônia, Simone, e Renata; Tia Cláudia, que está sempre ali pro que der e vier; ao Tio Mayr, meu

padrinho de alma; aos primos Thais, Orlando, Caio, Bruna, Lucas e Mauricio, que eu sei que sempre se orgulharam de mim; à minha avó Arlete, meu porto seguro, diamante mais puro e raro e lindo e brilhante que existe no mundo inteiro; à minha avó Maria das Neves que, mesmo de longe, nunca deixou de se orgulhar da neta caçula.

Aos meus amigos que me acompanham desde a infância: Larissa (minha alma gêmea ao contrário, e deve ser por isso mesmo que lá se vão longos 15 anos de amizade), Camila, Matheus e Júlia, todos juntos de mim desde a época do polícia e ladrão na praça, até a eternidade.

Aos outros amigos, que não são de infância mas são tão importantes quanto: Mansur, Iamê, Thaisa, Taiane, Yngrid, Paula e Fernanda, frutos da arte do encontro, minha herança bahienseana que vou levar comigo para o resto da vida.

E por fim mas não menos importante, agradeço aos meus companheiros mais assíduos de jornada ecoína: Juliane (que está do meu lado desde o colégio), Maria Eduarda, Manuela, Marianne, Verônica e Júlia. Na maior parte desses 5 anos, eu estive com vocês muito mais do que eu estive com a minha família. Vocês se tornaram a minha família também, a que eu escolhi pra compartilhar as angústias, os trabalhos em grupo intermináveis, as aventuras, as festas, os lados bons e os lados ruins dessa jornada maravilhosa que é a faculdade. Obrigada pela paciência e pela amizade de vocês. Amo muito todas. A minha faculdade – e a minha vida - não teriam sido as mesmas sem vocês.

Sumário

1. Introdução	9
2. As crônicas, o ópio e a cocaína no Rio do início do século XX	13
2.1 A Belle Époque no Rio de Janeiro	14
2.2. O contexto social da droga na Belle Époque carioca	17
2.3 João do Rio e suas “Visões d’Ópio”	19
2.4 Benjamin Costallat e os Mistérios do Rio no Jornal do Brasil	22
3. A mídia e a criminalização das drogas no Brasil	26
3.1 A criminalização das drogas através da legislação brasileira	26
3.2 A criminalização das drogas, usuários e traficantes na imprensa	31
4. O crack no jornal O Globo: a droga que dominou o Rio e o Brasil	36
4.1 A droga que tomou conta do país	37
4.2 Análise de uma crônica contemporânea sobre o crack	41
4.3 O discurso contemporâneo do jornal O Globo sobre o crack	44
5. Conclusão	54
6. Referências	57

1. Introdução

A questão das drogas ilícitas é um assunto que nunca sai de pauta: está sempre sendo discutida na imprensa. Legalização, proibição, guerra ao tráfico e dependência química são expressões que se encontram toda hora nas páginas dos jornais quando se fala desse assunto.

No entanto, os humanos sempre usaram algum tipo de droga desde os primórdios. Tribos indígenas brasileiras na Amazônia, no México e em toda a América do Sul por exemplo, usavam uma bebida alucinógena chamada *ayahuasca* em seus rituais. O uso de substâncias que alteram o nosso estado de consciência ou exercem algum tipo de efeito sobre o nosso organismo sempre esteve presente na vida do ser humano, em vários tipos de estruturas sociais e comunidades.

Justamente por causa disso, esse tema é tão intrigante: uma prática presente há milhares de anos entre os seres humanos se transformou em um dos grandes males da humanidade. A criminalidade e a violência que existem no Brasil são frequentemente relacionadas ao tráfico e ao consumo de drogas. Os maiores bandidos do país são também traficantes. Mas será que sempre foi assim?

Inicialmente, pensei neste trabalho apenas como uma análise da produção textual de João do Rio, já que as suas crônicas também são grandes reportagens sobre a vida no Rio de Janeiro do início do século XX. Eu queria que o trabalho fosse prazeroso para mim, unindo então as minhas paixões: o jornalismo literário, a História e a cidade do Rio de Janeiro. Nada mais lógico, portanto, do que fazer um trabalho de conclusão de curso sobre o João do Rio. Analisando as crônicas dele, eu e a minha orientadora Cristiane Costa nos deparamos com um texto chamado “Visões d’Ópio”, onde ele descreve as casas de ópio do Rio de Janeiro no início do século XX – ou seja, durante a Belle Époque carioca. E ficamos impressionadas com as semelhanças que essas casas de ópio têm com as crackolândias de hoje em dia, que tomam conta da mesma cidade, mais de cem anos depois. No texto, descobrimos que o ópio (assim como a cocaína e a morfina) naquela época era vendido em farmácias e consumido por muitas pessoas. João do Rio descreve a degradação provocada pelo vício na droga, muito parecida com as descritas pela imprensa carioca contemporânea em relação ao crack. Percebendo esses paralelos entre as duas drogas, consumidas no mesmo Rio de Janeiro, tão distantes no tempo mas ao mesmo tempo tão próximas em seus efeitos, resolvemos que isso podia virar um belo tema de monografia. O texto

“Visões d’Ópio”, mesmo que seja uma crônica, não deixa de ser uma bela reportagem sobre a presença do ópio na cidade do Rio de Janeiro, publicada em jornal, em uma época em que a cidade estava se transformando na “Paris dos trópicos” e sendo toda modificada por um projeto ousado de urbanização, colocado em prática pelo prefeito Pereira Passos.

Nesse momento, também percebi outro paralelo que aproximava o Rio da Belle Époque e o Rio contemporâneo: a escalada exponencial do consumo do crack na cidade aconteceu praticamente ao mesmo em que recebíamos a notícia de que o Rio seria sede das Olimpíadas de 2016, e o Brasil seria sede da Copa do Mundo de 2014 - além da realização dos Jogos Panamericanos de 2007 nesse meio tempo. A partir desses anúncios, a cidade se transformou em um enorme canteiro de obras, com vários projetos urbanísticos acontecendo ao mesmo tempo e mudando a cara das ruas, avenidas e bairros, em uma situação parecida com a que aconteceu por aqui no início do século XX. Ou seja: enquanto o ópio era consumido no Rio de Janeiro durante a urbanização e a modernização da Belle Époque, o crack toma conta da cidade enquanto o Rio está todo em obras para se adequar aos padrões internacionais de mobilidade urbana e organização, e com isso ser capaz de receber importantes eventos internacionais.

Por esses motivos, definimos então a nossa linha de trabalho: iríamos comparar algumas crônicas sobre drogas publicadas na imprensa carioca no início do século XX e o discurso contemporâneo do jornal O Globo – por ser carioca e um dos maiores do país, além de ter uma maior repercussão entre os formadores de opinião – sobre o crack, que é a droga que está mais em evidência nas páginas dos jornais nesta primeira década do século XXI. O objetivo nesta comparação é, através dela, tentar perceber se o olhar da sociedade carioca e brasileira em relação às drogas mudou, como mudou, e porque mudou. Através dos textos e reportagens analisados, vou procurar entender as mudanças no contexto social das drogas ilícitas ao longo dos anos, no Rio e no Brasil. Portanto, quis ver se a imprensa, ao longo dos anos, teve ou não influência nessa mudança de olhar em relação a essas substâncias (se essa mudança de fato existir).

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de livros, artigos e dos mais diversos textos sobre os temas de cada capítulo. Além disso, também realizei uma extensa pesquisa no acervo online das versões impressas do jornal O Globo. A escolha pelo impresso se deu pelo fato de os textos analisados do início do século XX

terem sido publicados nos jornais impressos da época (até porque, até então, este era o único tipo de imprensa que existia). Portanto, para ficar uma comparação mais justa e coerente, a análise dos textos contemporâneos foi feita apenas com as matérias publicadas na versão impressa do jornal. Nesta análise, destacarei trechos de reportagens do caderno Rio, publicadas entre 2004 e 2012, período no qual, durante a pesquisa, percebi que o crack esteve mais intensamente nas páginas dos jornais, além de ser um período também no qual eu encontrei as matérias mais interessantes sobre o tema. Na análise, vou procurar perceber se existem padrões de narrativa e construções de imaginários sobre os usuários de crack, o tráfico e a droga em si, além de perceber se isso se reflete no olhar geral da sociedade em relação a esses temas.

Já a análise das crônicas será realizada da mesma maneira que a análise das reportagens do jornal O Globo: destacarei trechos dos textos que possam esclarecer o contexto social das drogas nas épocas em que foram escritos, e analisarei o tipo de narrativa.

No primeiro capítulo, teremos uma contextualização do que foi a Belle Époque, em qual período da História da cidade ela aconteceu, o que estava acontecendo no Rio de Janeiro naquela época, quem vivia por aqui e como a sociedade estava se organizando. Em seguida, explicarei qual era o lugar que a droga ocupava na sociedade no início do século XX: era menos criminalizada ou não? Quem consumia? Quais eram as drogas do momento? Depois, parto para a análise dos textos de João do Rio e de Benjamin Costallat (uma grata surpresa, indicado pela orientadora), dois cronistas que publicaram nos jornais cariocas textos esclarecedores e muito interessantes sobre as drogas na Belle Époque.

No segundo capítulo, pretendo explicar o papel da mídia na criminalização das drogas e a própria criminalização das drogas no Brasil ao longo das décadas do século XX. Para isso, na primeira parte do capítulo, usando autores como Nilo Batista e Orlando Zaccone, cujo campo teórico é o Direto, vou destrinchar a evolução da legislação brasileira sobre drogas e perceber se houve de fato uma crescente criminalização – e, se houver, em quais contextos históricos essas leis foram mudando e reprimindo cada vez mais o comércio e o consumo de drogas no país. Na segunda metade do capítulo, vou confirmar ou não a hipótese de que a mídia influencia e tem participação na criminalização das drogas e na mudança de olhar da sociedade em relação a elas. Para isso, me baseio em vários artigos sobre a relação entre mídia e drogas, autores como Alba Zaluar e o clássico Vigiar e Punir de Michel Foucault,

passando também por uma pesquisa muito interessante realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância em parceria com o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, que analisa o discurso sobre drogas na imprensa brasileira.

Por último, o quarto capítulo tratará da análise do discurso contemporâneo do jornal O Globo sobre o crack, e será dividido em três tópicos: o primeiro vai contextualizar a situação do crack no Brasil: quando chegou, como chegou, etc; o segundo, vai abrir uma brecha e tratar de uma comparação interessante entre uma crônica do autor Waleyr Carrasco sobre uma visita a uma crackolândia, publicada na revista Época em 2011, e o texto “Visões d’Ópio” de João do Rio; e o terceiro e último tópico vai tratar da análise das matérias em si, destacando os trechos relevantes e revelando se existem padrões de discurso, visões e narrativa sobre os usuários de crack, o tráfico e a droga em si no Rio de Janeiro.

2. As crônicas, o ópio e a cocaína no Rio do início do século XX

O jornalismo e a crônica literária há muito tempo andam lado a lado pelos jornais e revistas. Enquanto a forma de fazer jornalismo impresso mudou ao longo dos anos e das décadas, as crônicas nunca tiveram uma regra certa de formatação ou escrita: elas têm o jeito de quem as escreve.

Muitos escritores viraram jornalistas, muitos jornalistas viraram também escritores, e grandes crônicas sobre o cotidiano carioca foram escritas ao longo dos anos nas páginas dos grandes jornais do Rio de Janeiro.

O fato de não serem escritas em um formato de notícias e de serem mais subjetivas não anula o fato de que as crônicas podem sim ser consideradas peças fundamentais para compreendermos a cidade, tudo o que está acontecendo nas ruas, nas casas e na sociedade em geral. Se a notícia informa, a crônica também, dando um olhar ainda mais aprofundado sobre os assuntos e os fatos que estão em evidência no cotidiano carioca.

Assim como o Rio hoje está em ebulição com os protestos, os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016, o mesmo Rio do início do século XX também estava agitado. Era a chamada Belle Époque, quando o prefeito Pereira Passos tinha o sonho de transformar o Rio de Janeiro na Paris dos trópicos. Cortiços foram demolidos para dar lugar às grandes avenidas e construções que prometiam transformar o centro da cidade em um pedacinho de Europa. A Revolta da Vacina tomou conta das ruas da cidade. Os morros começaram receber cada vez mais moradores, e as favelas foram se consolidando como parte permanente da paisagem carioca. Ao mesmo tempo, a alta sociedade do Rio de Janeiro vivia um dos seus auge, lendo romances de escritores europeus (o francês era a língua favorita) e dando memoráveis festas.

O Rio da Belle Époque estava passando por transformações culturais e sociais profundas. Junto com a modernidade tão desejada pelos governantes, também ficavam cada vez mais evidentes as favelas, a miséria, e um problema que hoje em dia atinge praticamente toda e qualquer cidade do país e do mundo: as drogas.

O ópio e a cocaína eram consumidos sem maiores cerimônias. Inspirados pelos romances literários europeus, os ricos da alta sociedade também queriam ter as mesmas experiências que os seus escritores preferidos e badalados da época. A cocaína, a morfina e o ópio eram vendidos nas farmácias e os chineses consumiam

ópio em casebres insalubres do centro da cidade. Por outro lado, não existia o tráfico como ele nos é apresentado hoje pela mídia e pelo próprio dia-a-dia do século XXI.

2.1 A Belle Époque no Rio de Janeiro

A Belle Époque é, oficialmente, é o período da História do Brasil que vai de 1898 até 1914. O Rio era a capital da república, e refletia todas as profundas mudanças políticas, culturais e sociais pelas quais o Brasil estava passando desde os últimos anos do século XIX. Em 1888, Princesa Isabel aboliu a escravidão, uma decisão impactante e que mexeu profundamente com a sociedade, trazendo à tona conflitos, preconceitos, e problemas sociais que até hoje existem e são discutidos no país. Apenas um ano depois, em 1889, o Brasil deixou de ser uma Monarquia para virar uma República Federativa. Mesmo depois da proclamação da República, a briga política durou alguns anos.

Com a chegada de Campos Salles ao poder, em 1898 os ânimos se acalmam e os tempos dourados chegam à capital federal. Jeffrey D. Needell, em seu livro *A Tropical Belle Époque*, explica essa fase:

Em 1898, com a chegada de Campos Sales no poder e a restauração da calma, dominada pelas elites regionais, Belle Époque carioca começa. Aquele ano teve uma notável diferença no ar, que rapidamente afetou os ambientes cultural e social. (...) O tempo de estabilidade e da vida urbana elegante estava de volta. (NEEDELL, 1987, p.19)¹

O Rio, afinal, era a capital do Brasil e abrigava toda a efervescência política da época. Desde os movimentos abolicionistas até todos os conflitos entre os partidos da República Velha, era em solo carioca que todos esses grupos se encontravam e faziam política.

¹ Tradução feita pela autora do trabalho. Trecho original: “In 1898, with Campos Sales’ assumption of power and the reassertion of a calm dominated by the regional elites, the Carioca belle époque begins. That year there was a noticeable change in the air which soon affected the cultural and social millieu. (...) The time for stability and urbane life of elegance was hand again.” NEEDELL, J.D. *Tropical Belle Epoque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-century Rio de Janeiro*. Cambridge University Press, 1987.

Além das mudanças políticas e sociais, o Brasil também estava se modernizando e se industrializando, e a sociedade estava pouco a pouco mudando os seus padrões de consumo. Needell descreve o ambiente econômico do Rio de Janeiro, que já estava começando a se modernizar no metade do século XIX:

A população carioca chegava a quase meio milhão, o mercado doméstico estava melhorando com a expansão do trabalho assalariado dos nativos e dos imigrantes, o risco comparativo de investimento na agricultura tinha aumentado, o valor da moeda em comparação com as importações tinha caído, e mão-de-obra barata estava chegando de áreas rurais, de Portugal e da Itália. (NEDELL, 1987, p.12)²

Com todo o crescimento econômico e a modernização que chegava pouco a pouco no país, não demorou muito para que surgisse alguém que realizasse uma reforma urbana no Rio de Janeiro. Afinal, o Brasil estava mudando, e o Rio era a capital que tinha a obrigação refletir todas essas mudanças.

A população carioca crescia em níveis exponenciais por causa da imigração de trabalhadores europeus e pela migração dos escravos recém-libertos das fazendas do interior. Cada vez mais gente ocupava o Centro da cidade, e os famosos cortiços (na grande maioria das vezes insalubres e quase inabitáveis) faziam parte da paisagem carioca. Doenças como febre amarela, varíola, sarampo e tuberculose eram comuns.

E foi o engenheiro brasileiro Pereira Passos, prefeito da cidade entre 1902 e 1906, que começou a mudar completamente a cara do Rio. Inspirado em Paris, ele percebeu que as condições da cidade na época não condiziam com os ideais de “ordem e progresso” da nova República recém-instaurada e das elites que estavam no poder, e resolveu então fazer uma imensa reforma na cidade.

Se antes o Rio era conhecido pela sua sujeira, pela disseminação de doenças e pelo crescimento urbano desordenado, depois da reforma a cidade ganhou o apelido de “Paris dos Trópicos”:

² Tradução feita pela autora do trabalho. Trecho original: “The Carioca population was nearing half a million, the domestic market was improving with expansion in the native and immigrant wage-earning sector, the comparative risk of investment in agriculture had increased, the value of the currency against imports had declined, and cheap labor was arriving from rural areas, Portugal and Italy.” NEEDELL, J.D. *Tropical Belle Epoque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-century Rio de Janeiro*. Cambridge University Press, 1987.

Agora em 1902, um grande passo a frente parecia possível. (...) As necessidades da cidade e as sua importância nacional haviam aumentado. Ela havia ratificado a sua centralidade como o centro administrativo, comercial, financeiro e industrial da República. (...) O Rio estava desesperado pelas reformas urbanas que foram a assinatura de sua belle époque. (NEDELL, 1987, p.33)³

Pereira Passos construiu grandes avenidas como a Avenida Central e a Avenida Rodrigues Alves, inspirado na Champs-Élysées. Prédios antigos foram demolidos e deram espaço a novos, muito parecidos com os de Paris. As ruas começaram a ser pavimentadas, as calçadas começaram a surgir, túneis foram abertos. Para abrir espaço para o novo Rio urbano que estava surgindo, o prefeito resolveu também – tanto em nome da estética quanto em nome da salubridade – dar um fim nos cortiços da cidade. Foi o que os historiadores chamam de “Bota Abaixo”.

De uma hora para outra, os moradores dos cortiços, todos de baixa renda, se viram expulsos de suas casas e não tinham pra onde ir. Essa situação causou um enorme conflito social, além de desencadear o início da ocupação dos morros da cidade e o surgimento das primeiras favelas. Enquanto a elite se deliciava com a sua Paris brasileira, as suas festas e a sua prosperidade econômica, os trabalhadores mais pobres eram expulsos de suas casas e ocupavam a periferia da cidade. O espaço urbano carioca não só se modernizou, mas também, a partir daí, começou a refletir de uma maneira mais clara a concentração de renda e o abismo entre as classes sociais da época.

No meio do glamour da Belle Époque, a cidade partida que o Rio é até os dias de hoje começou a tomar forma.

³ Tradução feita pela autora do trabalho. Trecho original: “Now in 1902, a great step forward seemed possible (...) the city needs and national importance had grown. It had retained, and increased, centrality as the Republic’s administrative, commercial, financial and industrial center. (...) Rio was desperate for the urban reforms that were to be the signature of its belle époque.” NEDELL, J.D. *Tropical Belle Epoque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-century Rio de Janeiro*. Cambridge University Press, 1987.

2.2 O contexto social da droga na Belle Époque carioca

“(…) são os vícios elegantes de que falam os diretores do sanatório de Botafogo, em 1924, para designar o uso de cocaína, morfina e ópio pelos moços ricos, vindos de países estrangeiros.” (REZENDE, 2006, p.20)

Além das mudanças urbanas e das tensões sociais, a Belle Époque no Rio de Janeiro também foi um período de pura efervescência cultural, principalmente para a elite. Paris e Londres ditavam as modas cariocas; os escritores europeus faziam sucesso entre a alta sociedade e eram os mais lidos. Palavras francesas eram usadas nos textos e nas conversas do dia-a-dia. A classe mais abastada da sociedade pautava todos os seus costumes e gostos a partir do que chegava da Europa.

Influenciados pelo romantismo do século XIX, os escritores mais lidos pela elite relatavam experiências transcendentais com o uso de substâncias como o ópio e a cocaína. As festas da alta sociedade carioca eram regadas a drogas, e isso era considerado normal.

Inúmeros são os relatos também de prostitutas, cafetinas e seus clientes da alta sociedade viciados em drogas e as usando livremente pelos prostíbulos da cidade.

Marcus Boon em seu livro *The Road of excess* conta a relação dos autores com as drogas ao longo dos séculos, e também a influência que eles exerciam nos seus leitores e na sociedade em geral. Com os seus relatos sobre as experiências boas e ruins que tinham com as drogas, eles acabaram despertando a curiosidade de toda uma geração de leitores. Segundo Marcus, no século XIX, o uso de drogas estava diretamente relacionado aos escritores do movimento romântico.

Esses textos em algum momento acabavam chegando do outro lado do Oceano Atlântico, e não influenciaram só os leitores europeus e norte-americanos. A alta sociedade brasileira também estava curiosíssima para experimentar os efeitos das drogas descritas pelos seus autores favoritos, como Lord Byron, Alfred de Musset, Henrich Heine, entre outros, que até acabaram influenciando autores brasileiros como Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu.

Mas nem só de consumidores ricos vivia o comércio e o consumo de drogas no Rio do início do século XX. João do Rio em sua crônica “Visões d’Ópio” descreve as condições em que viviam os chineses viciados na cidade: extrema pobreza, afundados em seus vícios, vivendo em casebres imundos e caindo aos pedaços, onde podiam consumir a droga de portas fechadas sem serem incomodados.

Consumidas por ricos ou pobres, é nítido que as drogas na Belle Époque eram encaradas de uma maneira muito mais natural do que elas o são hoje em dia. Em seu livro *Cocaína: literatura e outros companheiros de ilusão*, Beatriz Rezende explica porque as drogas nem sempre foram vistas como nocivas (pelo menos do jeito que as vemos hoje em dia):

(...) as substâncias psicoativas nem sempre foram drogas, isto é, nem sempre foram experimentadas e definidas como o são atualmente. As classificações legais não se fundamentam no exame da verdadeira essência da substância. Elas são arbitrárias e correspondem a construções culturais que se afirmam, politicamente, deslocando pontos de vista morais alternativos. (REZENDE, 2006, p.17)

Nos anos em que o Rio foi a Paris dos trópicos, não se olhava a droga como nociva e nem se tinha esse cuidado ao experimentá-la, pois na época as pessoas simplesmente não sabiam exatamente os perigos e os efeitos do uso desta ou daquela substância específica. Como Beatriz sugere, muito mais do que as classificações científicas, são os contextos sociais e culturais que definem o olhar de uma sociedade em relação às drogas.

No início do século XX, pesquisas científicas tão detalhadas quanto as que temos hoje e apontam com todos os detalhes os efeitos das drogas no corpo humano não existiam. Não se sabia muito sobre as consequências do uso contínuo dessas substâncias.

Hoje, possuímos uma ciência capaz de esmiuçar todo e qualquer tipo de substância que passa pelo corpo humano. Já sabemos exatamente o que as drogas são capazes de fazer com o nosso cérebro e o nosso organismo, e isso influencia diretamente o olhar da sociedade em relação a essas substâncias proibidas. A alta sociedade usava drogas porque era moda e estava curiosa para experimentar as sensações descritas nos romances europeus. Os chineses do cais do porto usavam seu ópio escondidos para não serem perturbados. E assim caminhava o Rio de Janeiro da Belle Époque.

2.3 João do Rio e suas “Visões d’Ópio”

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. É este mesmo o sentimento imperturbável e indissolúvel, o único que, como a própria vida, resiste às idades e às épocas. (JOÃO DO RIO, 1908, p.1)

Este é o trecho inicial do livro *A alma encantadora das ruas*, escrito por João do Rio. Essas palavras nada mais são do que um resumo do que se passa no coração de um jornalista. Um bom jornalista, um jornalista de verdade, ama a rua tanto quanto João do Rio amava. E precisa da rua para fazer o seu trabalho, pois é nela que o mundo acontece, que a notícia surge, que os fatos aparecem. É nela que está a matéria-prima do jornalismo, e sem ela não temos com o que fazer o nosso trabalho, perdemos nossa função. Neste trecho, João do Rio expõe, de peito aberto, que, para além do seu lado escritor, a sua alma é de jornalista.

Talvez não tenha existido um autor que mais representou e encarnou a alma carioca da Belle Époque do que João do Rio. Nascido João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, esse cronista, escritor e jornalista escreveu textos épicos que desvendaram as entranhas do Rio de Janeiro do início do século XX.

Sempre escrevendo mistos de crônica e reportagem (alguns até classificam seu estilo como, justamente, “crônica-reportagem”), João do Rio mostrou para a sociedade da época e registrou na História um lado do Rio de Janeiro que não saía sempre nos jornais, e que o governo - muito preocupado com os avanços urbanos, tecnológicos e econômicos – não queria que fosse revelado.

Quando nenhum outro jornalista tinha a coragem de circular pelo submundo dos tatuadores, das prostitutas, dos viciados e dos trabalhadores pobres, João do Rio saiu desbravando esse *underground* carioca como ninguém, e, com os seus textos, fez um trabalho de uma importância histórica e social imensurável.

Mas afinal, ele escrevia crônicas ou fazia grandes reportagens? João publicava nos jornais da cidade textos muitas vezes em primeira pessoa e com uma pegada

extremamente subjetiva. Ao mesmo tempo, esses mesmos textos não deixavam de ser também grandes reportagens sobre o que de fato acontecia no submundo da cidade. Seus relatos não deixavam de ser informativos só porque eram subjetivos. Uma coisa não anulava a outra. O jornalismo impresso da época ainda não era feito de acordo com os padrões, regras e manuais de redação que existem hoje em dia. Por isso fica tão difícil definir exatamente e oficialmente o gênero dos textos que João do Rio publicava.

Em 1908 ele lançou o clássico *A alma encantadora das ruas*, reunindo talvez as suas melhores crônicas já publicadas sobre o cotidiano do submundo do Rio de Janeiro. Entre elas, está “Visões d’Ópio”, que descreve com riqueza de detalhes as condições em que viviam os chineses viciados da cidade.

João começa o texto com a pegada subjetiva e descritiva que caracteriza um típico nariz de cera:

Era às seis da tarde, defronte do mar. Já o sol morrera e os espaços eram pálidos e azuis. As linhas da cidade se adoçavam na claridade de opala da tarde maravilhosa. Ao longe, a bruma envolvia as fortalezas, escalava os céus, cortava o horizonte numa longa barra cor de malva e, emergindo dessa agonia de cores, mais negros ou mais vagos, os montes, o Pão de Açúcar, S. Bento, o Castelo apareciam num tranqüilo esplendor (...). (JOÃO DO RIO, 1908, p. 19)

João então passa a transcrever o dialogo que travou com o seu amigo, que revela um dado histórico importante sobre o Rio daquela época, no auge do processo de urbanização e modernização, com pessoas do mundo inteiro circulando pela cidade:

(...) o éter é um vício que nos evola, um vício de aristocracia. Eu conheço outros mais brutais — o ópio, o desespero do ópio. (...) Os senhores não conhecem esta grande cidade que Estácio de Sá defendeu um dia dos franceses. O Rio é o porto de mar, é cosmópolis num caleidoscópio (...). Há de tudo — vícios, horrores, gente de variados matizes, niilistas, rumaicos, professores russos na miséria, anarquistas espanhóis, ciganos debochados. (...) Os chineses são o resto da famosa imigração (...). Às 5 da tarde deixam o trabalho e metem-se em casa para

as tremendas fumeries (...) (JOÃO DO RIO, 1908, p.20).

Neste trecho é possível captar o clima do Rio de Janeiro da Belle Époque: gente de todos os cantos, vícios, um verdadeiro caleidoscópio. Se pudéssemos usar os termos de hoje em dia, talvez não seria um exagero tão grande dizer que - dadas às devidas proporções, claro - o Rio estava se tornando uma metrópole urbana globalizada, onde junto com a modernidade vêm também a pobreza, as periferias e os vícios. Assim, em suas crônicas, João do Rio faz um favor histórico imenso para quem deseja compreender como funcionava a sociedade carioca da época.

Em seguida, o amigo de João o convida a conhecer as casas onde os chineses viciados em ópio se reúnem para fumar e compartilhar o vício.⁴ Ele propõe que eles finjam ser vendedores de ópio para assim terem acesso fácil às casas. E um dos diálogos que os amigos têm com um dos chineses que os recebe também deixa escapar qual era o lugar do ópio na sociedade: “ - Chego de Londres, com um quilo de ópio, bom ópio. - Ópio?... Nós compramos em farmácia... Rua S. Pedro...” (JOÃO DO RIO, 1908, p.21)

Ou seja: assim como a cocaína, o ópio também podia ser comprado em farmácias. Esse dado precioso confirma toda a discussão do tópico anterior, onde se destacou a opinião de Beatriz Rezende, quando a autora afirma que a visão que uma sociedade tem sobre substâncias psicoativas depende muito do contexto cultural e social em que essas drogas estão inseridas. Naquela época, drogas eram compradas no mesmo lugar onde remédios eram vendidos. O lugar social da droga era completamente diferente do lugar que ela ocupa agora, 105 anos depois.

⁴ Os chineses se tornaram grandes consumidores de ópio depois das chamadas “Guerras do Ópio”, entre a China e a Inglaterra, que aconteceram entre 1839 e 1842 e depois entre 1856 a 1860. Os ingleses estavam em busca de um grande mercado consumidor para os seus produtos - frutos da Revolução Industrial - e a China oferecia a principal característica de todo bom mercado: muitas pessoas. Mas as medidas ultraprotecionistas dos chineses não permitiam que os ingleses tivessem pleno acesso ao mercado do país. Assim, os ingleses perceberam que o ópio – substância entorpecente extraída da papoula, que causa dependência e era cultivada na Índia, na época uma colônia britânica – podia gerar o lucro que o país precisava. A partir daí, a Inglaterra começou a contrabandear o ópio para o país oriental, forçando os chineses a consumirem a droga, causando dependência e, assim, lucrando cada vez mais com a venda da substância. O consumo da droga virou uma verdadeira epidemia no país. Em 1839, o governo chinês, em protesto e preocupado com a situação, destruiu um carregamento de ópio inglês. A Inglaterra considerou a atitude uma afronta e declarou guerra ao país, dando início, assim, à primeira Guerra do Ópio.

João e seu amigo então conseguem entrar na primeira casa de ópio sem muita dificuldade e, mesmo que cientificamente e socialmente a droga não fosse vista como algo tão nocivo, João se assusta com o que vê:

O ambiente tem um cheiro inenarrável, os corpos movem-se como larvas de um pesadelo e essas quinze caras estúpidas, arrancadas do bálsamo que lhes cicatriza a alma, olham-nos com o susto covarde de coolies espancados. E todos murmuram medrosamente, com os pés nus, as mãos sujas (...) (JOÃO DO RIO, 1908, p.22)

O que chama a atenção em todas as descrições detalhadas que o autor faz das casas de ópio do início do século XX – sujas, escuras, melancólicas, desesperadoras - é que elas lembram muito as cracolândias que tomaram conta do Rio de Janeiro nos últimos anos. Se ópio era o “vício sujo” da Belle Époque, o crack assumiu esse papel nos dias atuais. As casas de ópio eram os lugares onde os viciados se reuniam para usar a droga; as cracolândias são os espaços onde os viciados em crack se reúnem para fumar. Tanto as casas de ópio quanto as cracolândias são conhecidas da população, que sabe onde esses lugares se encontram. A diferença é que as casas de ópio só saíam nos jornais dentro de crônicas, e as cracolândias estão estampadas em reportagens nos maiores jornais da cidade quase todos os dias. Isso mostra a diferença nítida de contexto em que as drogas se inseriam no início do século XX e hoje.

Depois de revelar todos esses detalhes e permitir esse tipo de comparação, talvez não seja exagero afirmar que mais que uma simples crônica, “Visões d’ópio” é também uma grande reportagem sobre o mundo do ópio no Rio de Janeiro da Belle Époque. Enquanto os jornais noticiavam as obras de Pereira Passos, João do Rio mostrava um outro lado da cidade sobre o qual nenhum outro jornalista escrevia. Talvez apenas Benjamin Costallat.

2.4 Benjamin Costallat e os Mistérios do Rio no Jornal do Brasil

Benjamin Costallat era jornalista, romancista, cronista e crítico musical. Assim como João do Rio, ele também escreveu muitas crônicas sobre o cotidiano do Rio de Janeiro. Era mais um que fazia questão de escrever sobre um lado da cidade que os cariocas não queriam ver. Não foi muito bem compreendido pela crítica de seu

tempo, que muitas vezes o julgou como um exagerado que escrevia sobre situações extremas apenas pelo prazer de chamar a atenção.

Em 1924, Costallat publica um livro chamado *Mistérios do Rio*, que reúne várias crônicas suas sobre a cidade publicadas no *Jornal do Brasil*, um dos maiores e mais importantes da época. Através dos textos, é possível captar toda a atmosfera da Belle Époque carioca: um Rio cosmopolita, moderno, iluminado pela energia elétrica, tomado por modismos vindos da França, ao mesmo tempo em que a pobreza, os vícios, o crime e a desigualdade social cresciam silenciosamente na cidade.

Como já é possível deduzir, Costallat não deixou de escrever sobre as drogas e os vícios da época. Em *Mistérios do Rio*, a crônica “No bairro da cocaína” dá um retrato muito interessante sobre os usuários de cocaína e o lugar da droga na sociedade da época.

No texto, o autor sai à procura de um “revendedor de cocaína”, que nos jornais de hoje em dia seria facilmente tachado de traficante. Enquanto Costallat espera a chegada do sujeito que ele não sabe quem é, ele explica com riqueza de detalhes como funcionava a compra e a venda de cocaína na cidade:

De dia, há as farmácias. E não são poucas as que vendem. (...) Aliás, toda a cocaína que existe no mercado consumidor saiu da mão de respeitáveis farmacêuticos que a importaram para usos terapêuticos. Mas noventa por cento da cocaína importada no Rio de Janeiro não tem aplicação terapêutica e é exclusivamente destinada ao uso e abuso dos viciados da droga fatal. É, pois, por intermédio de algumas farmácias criminosas, que o produto entra e se espalha pela cidade inteira. (COSTALLAT, 1924, p.21)

Em seguida, ele explica que o comércio da droga na cidade se dá através de intermediários e revendedores, que vão desde garçons até médicos. A partir daí, percebemos que já naquela época o consumo da cocaína na cidade era bastante intenso, assim como o comércio da droga, que entrava legalmente na cidade mas acabava sendo comercializada informalmente e ilegalmente.

Costallat enfim encontra o vendedor, que depois de relutar um pouco acaba vendendo a droga em frascos para o autor. Sim, a cocaína era vendida em frascos com rótulos, exatamente como os remédios. E pelo rótulo, ele percebe que é cocaína alemã, “da melhor”. E observa que a inglesa é a preferida dos viciados.

No texto, o autor informa que grande parte da cidade já está tomada pela droga: Botafogo, Copacabana, Santa Tereza, Leblon e até Madureira. Mas que os verdadeiros bairros da cocaína são a Lapa e a Glória, onde ele foi pessoalmente para achar o tal intermediário. Segundo o autor, praticamente todas as prostitutas são viciadas, e a cocaína é livremente consumida nos “clubs” e nas “pensões chics” daquela região.

Em seguida, Costallat descreve a pensão preferida dos viciados, de uma parisiense chamada Gaby. Lá, os parceiros de droga podiam consumi-la livremente sem nenhuma cerimônia. E o autor parece consciente da escravidão que o vício traz, junto com a decadência que a droga é capaz de proporcionar:

O vidro minúsculo de pó representa para o viciado o valor de vários mundos. Com um grama do anestésico tem-se um cocainômano em completa escravidão. Para conseguir o frasco do veneno (...) o viciado é capaz de todas as torpezas e todos os crimes. (COSTALLAT, 1924, p.25)

Ao contrário de João do Rio com o ópio, Costallat parece menos chocado e mais consciente em relação ao mundo da cocaína na cidade. Mas assim como João, mais do que crônica, o que ele fez neste texto foi uma grande reportagem sobre o comércio e o consumo da cocaína no Rio de Janeiro no início do século XX. Enquanto o Jornal do Brasil se preocupava com os seus classificados e jogos políticos, a crônica de Costallat fazia o papel de informar e expor o mundo das drogas para toda a sociedade. O que hoje em dia é papel das grandes reportagens impressas nos jornais cariocas, no início do século XX era função das crônicas, dos poucos autores-jornalistas que tinham a coragem de ir para a rua e escrever sobre isso.

O cenário descrito por ele lembra um pouco mais o que conhecemos agora no século XXI: vários “revendedores” (que hoje são chamados todos de traficantes) da droga, espalhados pela cidade e por todas as classes sociais. A diferença é que naquela época a droga ainda chegava legalmente no país e, portanto, ainda não possuía o status de substância proibida e criminosa. Mesmo assim, enquanto a visão de João do Rio sobre o ópio era permeada pelo nojo e pela repulsa, o olhar de Costallat é permeado pela consciência e constatação de que a cocaína é uma “poeira fatal” que causa um “terrível vício”. A visão de Costallat é mais próxima da visão contemporânea que a sociedade em geral tem sobre as drogas. Mas, enquanto esta opinião de Costallat provavelmente vinha de uma vida de observações participativas,

a visão contemporânea é construída também por dados científicos e por reportagens na imprensa que ajudam a moldar certos discursos em relação às drogas.

3. A mídia e a criminalização das drogas no Brasil

É inegável que o papel social das drogas na sociedade brasileira nem sempre foi o mesmo. Se na Belle Époque carioca elas ainda não eram vistas e nem tratadas com o peso que são tratadas hoje, os seus usuários não carregavam o estigma de viciados perigosos e os seus revendedores ainda não eram traficantes poderosos, hoje em dia esse quadro mudou completamente.

Mas porque mudou? Como mudou? O que a mídia pode ter a ver com isso?

Desde os tempos de colônia - quando o país era obrigado a obedecer a metrópole portuguesa - até hoje, muitas das principais leis brasileiras foram influenciadas por tratados internacionais. E não foi diferente com as leis sobre drogas que existem no país desde o final do século XIX. A visão brasileira em relação às drogas foi mudando ao longo dos séculos de acordo com o que pensavam as grandes potências de cada época.

A mídia, principalmente da metade do século XX para cá, acompanhou essas mudanças: seja replicando o discurso repressivo do governo contra as drogas e os usuários na ditadura militar, seja expondo nos últimos anos a miséria dos viciados em crack pelas ruas das maiores cidades do Brasil, ou seja ainda dando espaço para discutir o uso terapêutico da maconha em outros países desde os anos 90.

Como a imprensa é formadora de opinião e de discursos que definem conceitos amplamente compartilhados pelo imaginário da sociedade, é fundamental tentar entender o seu papel na construção da imagem da droga e dos usuários no Brasil.

Compreender a relação entre a legislação, a mídia e as mudanças do olhar dos brasileiros em relação às drogas ao longo dos anos é indispensável para entender a questão das drogas hoje no país.

3.1 A criminalização das drogas através da legislação brasileira

Segundo pesquisa de Nilo Batista (BATISTA, 1997), leis sobre drogas existem no país há muito mais tempo do que muitos podem imaginar: nos tempos de colônia, em 1603, as Ordenações Filipinas já faziam menção à incriminação do uso, porte e venda de algumas substâncias tidas como “tóxicas”.

O Código Penal de 1890 proibia expressamente também algumas substâncias tidas como venenosas, que não foram definidas no texto. A influência do contexto internacional se confirmou depois da Conferência Internacional do Ópio em Haia, em 1912, que criminalizava o comércio do ópio, da morfina e da cocaína, e à qual o Brasil aderiu em 1914. É importante observar que 1914 é justamente o último ano da Belle Époque, o que provavelmente não é uma mera coincidência. Essa constatação tem um significado marcante para ratificar que, antes desta data, mesmo que existissem leis sobre substâncias ilícitas no país, elas não definiam claramente quais eram essas substâncias, e refletiam uma sociedade que ainda não enxergava as drogas como o problema social que elas hoje são, e nem as criminalizavam como acontece atualmente.

A partir daí, começaram a surgir vários decretos de lei nas décadas de 1920 e 1930 que tratavam da questão das drogas no país, sempre influenciados pelas convenções internacionais - desta vez as de Genebra (1925, 1931 e 1936). Trata-se, portanto, de acordo com Nilo Batista, da internacionalização do controle, que se dá de fora para dentro, quando a legislação interna funciona como um reflexo do contexto internacional. A partir daí também vai se desenhando o chamado modelo sanitarista, que perdurou por bastante tempo no Brasil: surgem várias listas de substâncias proibidas; existia um controle alfandegário dessas substâncias, mas elas estavam nas prateleiras das farmácias, e o tráfico se alimentava pelo desvio das drogas do fluxo autorizado. Em 1932, por exemplo, também foi definido que o consumo dependia de receita médica, que teria que ficar à disposição das autoridades sanitárias, policiais e judiciárias.

Além disso, todas as pessoas que não tivessem receita médica eram consideradas contrabandistas. O usuário viciado inicialmente não era criminalizado e não ia para a prisão: ao invés disso, a drogadição era considerada doença, o que obrigava o usuário a passar por uma internação obrigatória para tratamento, decretada pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.

Para ter alta, o paciente precisava de um alvará de soltura que, na época, era uma decisão judicial. As leis, portanto, até esse momento, eram pautadas por um modelo médico-farmacêutico, que não criminalizava os usuários, e os enxergavam como doentes que precisavam ser tratados e curados.

O Código Penal de 1940 também seguiu essa mesma linha, e continuou sem criminalizar os usuários. Em 1964, com o golpe militar, a postura dos órgãos oficiais

com relação às drogas começa a tomar outro rumo e agora - mais uma vez por força de pressões externas - uma nova forma de lidar com a questão das drogas surge. Para Nilo Batista, o ano de 1964 foi o marco transitório do modelo sanitário para o modelo bélico. Isso não significa que os estereótipos criados pelo modelo sanitário tenham sido completamente abandonados, porém, o que caracteriza este novo modelo é a utilização de verdadeiros “métodos de guerra”.

Nesse contexto, a partir da década de 60, a droga passou a ter uma conotação libertária ao redor do mundo, associada à manifestações políticas democráticas, aos movimentos contestatórios da juventude e à contracultura. Nesse momento, entrou em cena a Guerra Fria, que estimulou a militarização das relações políticas internacionais. Para o governo militar, a droga era um elemento de subversão, vista como arma da Guerra Fria, associada a uma estratégia comunista para destruir o Ocidente e as bases morais da civilização cristã (MALAGUTI, 1996, p.238). Nesse contexto, os investimentos foram se tornando cada vez maiores no combate às drogas.

Nessa mesma época, a Doutrina de Segurança Nacional foi elaborada pela Escola Superior de Guerra, definindo os inimigos internos do país relacionados ao comunismo, e os traficantes de drogas acabaram sendo anexados a essa categoria. A partir daí, as leis sobre drogas foram sendo cada vez mais endurecidas e a política bélica de combate à elas foi plenamente estabelecida. Em 1971, a lei equiparou usuários a traficantes de drogas, que poderiam ser condenados a até seis anos de prisão.

Portanto, do final da década de 60 até a metade da década de 70 – ou seja, durante a parte mais dura do regime militar – a política contra as drogas se ajustou a um discurso militar, bélico. O discurso das leis sobre drogas se tornou mais repressivo, justificando e legitimando as operações policiais de combate ao tráfico de drogas, que deixou de ser compreendido como um problema apenas de saúde pública, relacionado agora à ordem econômica e social.

Já em 1976, a lei sobre drogas voltou alguns passos em relação à rigidez das penas, retomando a diferenciação entre traficantes e usuários. Em relação ao tráfico de drogas, o verbo “combate”, presente na dura lei de 1971, foi substituído por “prevenção e repressão”.

Já na década de 80 – mais especificamente, no fim dela -, o contexto da geopolítica mundial mudou, e as leis sobre drogas no país, sempre muito (direta ou

indiretamente) influenciadas pelo contexto internacional, também se movimentaram e se adequaram a esse novo contexto.

Com o fim da Guerra Fria, veio o início da globalização, com a transnacionalização das corporações e a multiplicação das empresas multinacionais pelo mundo, a desregulamentação e abertura financeira dos mercados, o afrouxamento das leis trabalhistas, consolidação do modelo econômico capitalista, etc. Junto com esse pacote, as camadas sociais menos abastadas empobreceram, e a marginalização e a exclusão social aumentaram. O comércio de drogas passou a fazer cada vez mais parte dessa nova lógica de produção capitalista em massa, conectada por diversas redes sofisticadas de tráfico ao redor do mundo. Alba Zaluar explica a inserção do tráfico internacional de drogas no contexto brasileiro dessa época:

(...)Valores individualistas e mercantis selvagens se disseminaram durante os anos 1970 e 1980, traduzidos pelas expressões corriqueiras “fazer dinheiro fácil” e “tirar vantagem de tudo”. Ou seja, a sociedade brasileira, pode-se dizer, foi colonizada pelo mercado que passou a carecer dos limites morais usualmente fornecidos pelo social. Como uma atividade ilegal e invisível, que favorece isso, o comércio de drogas faz parte desse novo ambiente social, econômico e cultural. (ZALUAR, 2007, p.34).

A Constituição de 1988 determinou que o tráfico de drogas deveria se configurar crime inafiançável. É possível perceber que, nesse momento da História, em comparação aos anos mais tenebrosos da ditadura militar, o rigor penal ainda é presente - não mais contra os comunistas ou subversivos, mas contra os marginais e traficantes. Surge um novo estereótipo do inimigo que compromete a segurança nacional (das classes média e alta): a figura do jovem negro das favelas, do traficante de drogas ilícitas, daqueles que não se encaixam no sistema.

Essa ideia de militarização, que ainda pauta as operações policiais contra o tráfico no país, está associada à visão maniqueísta que se estabeleceu na sociedade nas últimas décadas: a de que só estaremos em segurança quando combatermos um inimigo – que, no caso, se tornaram os traficantes de drogas e a droga em si. O inimigo, então deve ser destruído a todo custo, ideia que segue uma lógica militar. E é exatamente o que aconteceu em uma das últimas grandes operações contra o tráfico no Rio: a retomada do Complexo do Alemão, onde a Força Nacional de Segurança se

aliou à Polícia Militar para combater os inimigos que ameaçavam a sociedade carioca: os traficantes que dominavam aquelas comunidades.

Este discurso repressivo implica uma visão dicotômica da sociedade. Aos jovens consumidores das classes mais altas, aplica-se o paradigma médico, de tratamento de vícios; enquanto aos jovens vendedores das favelas, aplica-se o paradigma criminal. Como demonstrado pela pesquisadora Vera Malaguti, (MALAGUTI, 1998, p.88-89) a criminalização por drogas da juventude pobre do Rio de Janeiro, entre 1968 e 1988, deu-se pela construção do inimigo interno (traficantes). Os jovens traficantes enquadrados eram 9,1% em 1968, em 1973 alcançaram 17,9%, seguidamente, passaram para 24,2% em 1978 e finalmente atingiram 47,5% em 1983. Em 1995, o comércio ilegal de drogas já havia se tornado o principal motivo da criminalização da juventude pobre por drogas no Brasil. (MALAGUTI, 1996.)

Atualmente, está em vigor a lei de drogas de 2006. Se por um lado essa lei fala sobre a prevenção do uso de drogas e a reinserção social de dependentes, sem previsão de prisão para os usuários, por outro lado continuou reforçando a repressão ao tráfico de drogas. Se alguém é enquadrado como traficante, corre o risco de pegar de 5 a 15 anos de prisão, além de multa. É interessante observar que o critério utilizado para diferenciar se a droga é para uso pessoal ou para tráfico depende do juiz que julgar o caso, e está, portanto, aberto à influência de estereótipos. Como não há critério em dispositivo legal que especifique como se distingue a classificação entre o usuário e o traficante (não menciona quantidade específica de droga); a seleção fica à mercê de quem julga. Estes selecionam, em função do estereótipo do autor, a partir de características como: raça, cor, classe social; como o agente se enquadrará, no tipo penal do tráfico ou do uso de drogas. Assim, se um indivíduo for marginalizado, o autor, mesmo em posse de pequena quantidade de droga, será concebido como traficante. Assim, será enquadrado como traficante. (ZACCONE, 2006, p. 181-194) Segundo a lei de 2006, dentre as drogas criminalizadas estão o crack, o ecstasy, a maconha, a cocaína, o haxixe e a heroína.

Com essa breve demonstração da evolução das leis sobre drogas no Brasil, é possível, portanto, perceber que, desde o início do século XX até o momento atual, houve uma grande mudança de direção do discurso penal em relação às substâncias ilícitas no país. Ele passou de discurso que tratava mais da condição do usuário como viciado que precisava de tratamento - também preocupado com o comércio ilícito da droga, mas preocupado em limitar e controlar a entrada dessas substâncias no país -

para se basear com muito mais força na questão do tráfico de drogas dentro do Brasil e no combate a esse tráfico. A questão da criminalização ou não do usuário oscilou de acordo com os diversos contextos sociais e políticos das últimas décadas, mas a visão em relação ao indivíduo que vende a droga permaneceu praticamente a mesma do final da década de 60 para cá.

O que se percebe, portanto, é que a legislação brasileira, há muito tempo adota um viés proibicionista em relação ao universo das drogas ilícitas. Ela opta pela criminalização e pela repressão, especialmente quando se trata da produção e do comércio dessas substâncias.

A mídia brasileira, obviamente, acompanhou essas mudanças (e permanências) de visões em relação aos traficantes e aos usuários, e muitas vezes ajudou a reforçar certos paradigmas e conceitos em relação a isso.

3.2 A criminalização das drogas, usuários e traficantes na imprensa

A imprensa, pela sua essência, é uma instituição formadora de opinião. Por conta disso, seu papel político e social tanto no Brasil quanto no mundo tem a grande influência na sociedade. Através das informações que chegam pela mídia, os cidadãos obtêm subsídios para formar suas próprias opiniões sobre as coisas que acontecem ao seu redor. Mas a imprensa, além de formadora de opinião, também é uma formadora de imaginários e estereótipos.

Um dos grandes defeitos da imprensa brasileira é ser monopolizada por alguns poucos gigantes da comunicação. Nestes últimos tempos de protestos ao redor do país, uma das pautas mais reivindicadas era uma maior pluralidade da mídia. Canais alternativos que transmitem as manifestações em tempo real pela internet fazem sucesso nas redes sociais, que também viraram espaço para divulgar os fatos sob uma outra perspectiva.

Entretanto, mesmo com o crescimento de espectadores e leitores dessas mídias alternativas, o número de pessoas que de fato têm acesso a elas e as acompanham é ínfimo, comparado à massa que ainda tem os grandes canais de TV aberta e os jornais impressos populares (que pertencem, inclusive, aos mesmos grandes conglomerados da comunicação) como principal (e na maioria das vezes, única) fonte de informação diária.

Portanto, os grandes conglomerados de comunicação que possuem os principais jornais, revistas e canais de TV do Brasil têm um enorme poder nas mãos: o de formar a opinião de milhões e milhões de pessoas que têm os veículos dominados por eles mesmos como única referência de informação. Não está sendo dito aqui que os receptores formam uma massa não-pensante, mas sim, que muitos desses receptores não têm opção senão assistir e ler a apenas determinadas notícias, que estão sujeitas a certos filtros editoriais. Milhões de brasileiros não têm acesso, portanto, a uma gama extensa de opiniões e visões sobre o mesmo fato, e ficam limitados aos padrões de pensamento e interpretação das grandes redes de comunicação, quaisquer que eles sejam.

De acordo, então, com esse contexto, a imprensa brasileira ao longo das décadas vem ajudando a construir conceitos, imagens e opiniões em relação aos usuários de drogas, aos traficantes e às drogas em si. Assim como no tópico anterior acompanhamos a militarização do combate às drogas e a criminalização dos usuários ao longo dos anos, de acordo com o contexto histórico de cada época, é possível traçar também um paralelo desta situação acontecendo também na imprensa, principalmente a partir da época do regime militar (quando era necessário fazer com que a população entendesse que deveria ser travada uma guerra contra as drogas, usuários e traficantes, que eram os “inimigos comunistas” do governo) até os dias atuais. A imprensa acompanhou também essas mudanças de contextos e do papel da droga dentro da sociedade. Enquanto na Belle Époque, no Rio de Janeiro, os jornais não davam muito destaque aos usuários e à venda de drogas, hoje em dia é difícil achar uma edição de jornal impresso que não traga em suas páginas alguma notícia relacionada ao tráfico de drogas, aos traficantes, usuários ou qualquer outro assunto dentro dessa temática.

No fim da década de 70, em função do movimento norte-americano (e conseqüentemente brasileiro) de “guerra às drogas”, a imprensa nacional começou a divulgar uma série de especulações sobre uma suposta “explosão” do uso de “drogas ilícitas”, como maconha, cocaína, LSD e heroína, sobretudo entre estudantes brasileiros. Entretanto, essas informações não eram baseadas em nenhuma pesquisa da época (CARLINI-COTRIM et al., 1995). Já na década de 90, estudos de fato constataram que, naquele momento, havia sim um crescimento do uso de algumas substâncias ilícitas (GALDURÓZ et al., 1997; NOTO, 1999), dado que a imprensa se apropriou para retomar toda uma abordagem alarmista do problema.

Ainda nesta linha, vale ressaltar um outro episódio, que aconteceu ainda na década de 90. Na época, uma parte da imprensa começou a dar destaque a um suposto início do consumo indiscriminado de heroína no país (RYDLE & WASSERMANN, 1998). Entretanto, os estudos até então realizados sobre o consumo de heroína não apontaram nenhum dado que provasse que esse consumo indiscriminado da droga de fato existiu. Ou seja: ou a imprensa e alguns profissionais da área poderiam ter se baseado em dados que ainda não haviam sido considerados pelas pesquisas da época, ou havia se criado apenas um mito. (NOTO, 1999).

Segundo Alba Zaluar, “O conhecimento divulgado pela mídia ainda é extremamente estigmatizador e preconceituoso em relação aos usuários de drogas, o que só vem a piorar a situação deles.” (ZALUAR, 1999, p.12) Nesse sentido, é pertinente se questionar até que ponto a imagem que permeia o imaginário coletivo sobre o usuário de drogas e o universo delas em geral não é uma construção que conta também com a contribuição da mídia.

De acordo com NJAINE & MINAYO (2002), o papel da mídia impressa se divide em dois planos: um que procura narrar as notícias do dia, procurando cumprir sua função informativa; e outro no qual se configura e expressa um sistema de valores. Usando este conceito e expandido para a imprensa em geral (não só a escrita), é possível afirmar que, além de narrar as notícias, os meios de comunicação também reproduzem e difundem valores negativos sobre os usuários de drogas e o tráfico, criminalizando-os e expondo, na maioria das vezes, apenas o lado dos horrores do vício e da violência do tráfico. Vários estudos têm mostrado que, nos meios de comunicação, as drogas são consideradas um mal vinculado aos campos jurídico, policial e médico, e que, invariavelmente, leva os usuários à criminalidade. O discurso antidrogas, portanto, é o mais reproduzido quando se trata do tema na sociedade atual, tendo como um de seus efeitos a repressão policial contra os usuários e o tráfico. (Agência de Notícias dos Direitos da Infância & Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, 2005; BUCHER & OLIVEIRA, 1994; MARINHO, 2005; NOTO et al., 2003; RONZANI et al., 2009; ROMANINI & ROSO, 2012; VEDOVATTO, 2010).

Foucault afirma que as sociedades de uma maneira geral têm uma visão estigmatizada do infrator. Segundo ele, o ato de infração dá à sociedade o direito de hostilizar o infrator.

Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social, a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. Luta desigual: de um só lado todas as forças, todo o poder, todos os direitos. (...) Constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator torna-se o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. (FOUCAULT, 1987, p.76).

E é exatamente esse tipo de pensamento em relação aos usuários de droga e aos traficantes que a imprensa ajuda a reproduzir. A sociedade que se levanta em peso contra o infrator é formada não só pelas pessoas, mas também pelas instituições – inclusive a imprensa. A sociedade, de antemão, já associa a violência ao usuário de drogas, e a imprensa ajuda a reforçar essa ideia, retratando quase sempre esse indivíduo como violento. A lógica de só se publicar o que está de acordo com esse imaginário social potencializa o problema da estigmatização negativa dos usuários.

Um dos princípios básicos do jornalismo é a imparcialidade – o que nada mais é do que ter uma pluralidade de fontes para englobar todas as visões possíveis sobre o tema que é objeto da matéria, e assim conseguir produzir o conteúdo mais correto, limpo e informativo possível. Nesse contexto, em um trabalho publicado em 2005 pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância em parceria com o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde sobre o perfil do uso e do usuário de drogas na imprensa brasileira, surge uma questão importante que merece destaque. O estudo mostra que há uma limitação em relação aos referenciais que a sociedade brasileira tem em relação às drogas, e que são usados como fontes pelos jornalistas quando estes produzem suas matérias sobre o tema.

Os profissionais que trabalham em acordo com a política de combate às drogas são normalmente os mais conhecidos e consultados como fontes. Aqueles que procuram trazer novas perspectivas sobre o assunto (...) quase não encontram espaço nos meios de comunicação, prejudicando a construção de matérias que contribuam para o debate público e relatem a pluralidade de idéias. (Agência de Notícias dos Direitos da Infância & Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, 2005, p. 9-10)

É importante ressaltar também que, ainda segundo a pesquisa, quando o tema são as drogas ilícitas, as principais fontes ainda são as policiais, o que cria no imaginário da sociedade a ideia de que existe apenas uma única solução para o

problema, ou seja: a solução que a polícia apresenta, quase sempre amparada por um discurso repressivo e violento - o que ratifica a associação que a sociedade faz do usuário à violência, que foi destacada parágrafos acima.

Portanto, a grande imprensa se limita a reproduzir sempre os mesmos olhares e opiniões em relação às drogas, praticamente sem abrir espaço a outras ideias que incitariam um debate mais aprofundado sobre a questão na sociedade.

É importante mostrar alguns números que aparecem no trabalho da ANDI e do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, que demonstram esta falta de profundidade com que a imprensa trata de um tema tão complexo como das drogas:

85% dos textos não conseguem passar de uma contextualização simples. Há poucas matérias contextuais mais explicativas (5,7%) e também não é elevado o percentual daquelas que ousam avaliar e propor algo (9,2%). Ou seja, o comportamento da imprensa, assim como em muitos outros assuntos, acaba por refletir a ausência generalizada de discussão da temática na própria sociedade (...). (Agência de Notícias dos Direitos da Infância & Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, 2005, p. 63).

Avaliando tudo que foi exposto até agora sobre a relação entre imprensa e drogas no Brasil, fica claro que é fundamental que exista uma pluralidade de visões e discursos sobre a temática das drogas nos meios de comunicação para que a sociedade consiga refletir de uma maneira sensata, bem contextualizada e aprofundada sobre essa questão. Quanto mais a imprensa continuar a ratificar este discurso raso que, na realidade, expõe apenas um lado do problema – e ainda por cima estigmatiza e criminaliza os usuários, traficantes e as drogas ilícitas em geral – mais pobre serão as discussões sobre o universo das drogas no Brasil.

4. O crack no jornal O Globo: a droga que dominou o Rio e o Brasil

O crack é, possivelmente, a droga que mais aparece nas páginas dos jornais e nas matérias de TV no Brasil. Inicialmente um problema restrito a São Paulo, ela parece ter se espalhado por todo o país, desde as grandes metrópoles até as cidadezinhas do interior.

Se no início do século XX as drogas do momento no Rio de Janeiro eram o ópio e a cocaína, na primeira década do século XXI esse lugar foi tomado pelo crack. A questão é que os contextos sociais dessas drogas naquela época e hoje em dia são completamente diferentes: enquanto na Belle Époque elas eram ainda consumidas pela grande maioria dos usuários como parte de um modismo de época, não eram vistas como substâncias completamente ilícitas e ainda eram vendidas em farmácias, hoje em dia o crack se transformou em um sinônimo da destruição física e psicológica total de um ser humano. O usuário é visto como uma pessoa fraca física e mentalmente, que quanto mais usa, mais definha na miséria do vício. Ao contrário das drogas da Belle Époque, o crack não é encarado como um modismo de época, ou uma droga que começa a ser usada apenas porque está famosa. O crack, no século XXI, está famoso pois virou o sinônimo do fundo do poço. As cracolândias - espaços nas cidades onde os usuários se reúnem para comprar e consumir a droga - ajudam a construir essa imagem assustadora da destruição que o crack pode causar, tão difundida na imprensa nos últimos anos: são lugares insalubres, bagunçados, onde os viciados passam horas, dias e meses se submetendo a condições inimagináveis de sobrevivência para poder fumar as suas pedras. Traficantes se misturam com crianças (muitas vezes também viciadas), grávidas, deficientes físicos e todo tipo de gente, em uma espécie de babel bizarra onde as pessoas se reúnem com apenas um objetivo em comum: fumar pedras de crack.

Essa explosão no uso do crack no Brasil foi alardeada de todos os jeitos, sob todos os ângulos, pela imprensa. No Rio, cidade que não tinha até poucos anos atrás a “tradição” de abrigar um consumo intenso da droga, o choque parece ter sido grande. A impressão que fica é a de que, num piscar de olhos, o crack tomou conta da cidade como uma epidemia que, agora, ficou difícil de controlar. Leitores e telespectadores são bombardeados com notícias sobre o crack na cidade todos os dias, e a droga se transformou em um dos assuntos mais discutidos e noticiados nos meios de

comunicação. Às vésperas de Copa do Mundo ano que vem e de Olimpíadas em 2016, fica a questão: como lidar com esse problema, agora tão visível em todos os cantos da cidade, do subúrbio à zona sul? É uma questão muito complexa para ser resolvida a curto e médio prazo. As ações tomadas pela prefeitura e pelo governo do estado nesse sentido nem sempre são bem vistas e, muitas vezes, são alvos de críticas fervorosas por parte de especialistas e da população em geral. A internação compulsória e as operações dos agentes de saúde – junto com a polícia, que quase sempre é violenta - para retirar os usuários das ruas parecem não surtir efeito, e muito menos parecem estar resolvendo o problema de uma maneira satisfatória. A impressão que fica é a de que as autoridades responsáveis ainda não acharam o jeito correto de lidar com o rastro de degradação física e emocional que o crack deixa por onde passa.

A imprensa carioca, representada neste capítulo pelo jornal O Globo, acompanhou toda a evolução da questão do crack na cidade. Quase sempre nas páginas policiais, a droga foi tomando conta dos jornais na mesma proporção em que foi se espalhando pela cidade nos últimos anos. A questão do uso do crack entrou na pauta das discussões sobre saúde e segurança pública.

Um dos primeiros estudos que analisou a mídia e sua relação com o crack mostrou que reportagens publicadas em jornais americanos sobre a "epidemia do crack" eram sensacionalistas, sem embasamento científico e contribuíam para desviar o foco das autoridades sobre outros problemas sociais mais urgentes (HARTMAN & GOLLUB, 1999). A forma como se abordou o tema na mídia brasileira (e continua sendo abordado) é muito semelhante a dos Estados Unidos. No Brasil, estudos têm mostrado que, nos meios de comunicação, as drogas são consideradas um mal vinculado aos campos jurídico, policial e médico, e que, invariavelmente, leva os usuários à criminalidade. O discurso antidrogas é o senso comum na sociedade atual, tendo como consequência uma ação repressora por parte das autoridades.

4.1 A droga que tomou conta do país

Segundo Félix Kessler e Flávio Pechansky, o crack surgiu nos Estados Unidos no início da década de 80. Na época, socioetnógrafos americanos descreveram uma nova forma do uso de cocaína, muito mais potente: a inalação do vapor que

vinha da queima de pedras feitas da mistura da pasta base de cocaína com bicarbonato de sódio. O uso da droga neste formato permitia que o efeito fosse muito mais rápido e prazeroso. Quando as pedras eram queimadas em um cachimbo ou outro recipiente, fazia um barulho como se fosse um estalo, e por isso, a droga foi chamada de *crack*.

Um estudo norte-americano (REINARMAN & LEVINE, 2004) indica que a primeira referência à nova forma de cocaína na mídia foi em um artigo publicado em 1984 no Los Angeles Times. Dois anos depois, a TV norte-americana, representada pela CBS, promoveu e veiculou um documentário chamado *48 Hours on Crack Street* (REINARMAN & LEVINE, 2004, p. 48), apresentando as ruas como uma zona de guerra, mostrando cenas de terror. A partir de então, a utilização de palavras como epidemia e crise para se referir ao crack se tornou comum na mídia (REINARMAN & LEVINE, 2004).

De acordo com Kessler e Pechansky, o crack surgiu no Brasil no início da década de 1990, e rapidamente se tornou a droga de maior impacto social no país, tanto pelos seus efeitos sobre os usuários, tanto por se tratar de uma substância ilícita relativamente barata e, por isso mesmo, de fácil acesso. Além disso, o uso do crack foi logo associado ao crescimento da violência e do número de homicídios.

Na virada do século XXI, estudos foram surgindo para tentar mapear e definir quem eram os usuários de crack no Brasil, quanto custava uma pedra e como fumavam:

Depois da virada do milênio, vários relatos sobre esse tema foram produzidos, denotando uma preocupação cada vez maior dos profissionais da saúde e pesquisadores com o uso do crack pela população e suas conseqüências. Estudos quantitativos e qualitativos foram desenvolvidos e demonstraram, por exemplo, que o preço de uma pedra de crack no Brasil era muito menor, (do que nos Estados unidos) custando aproximadamente 2 dólares. (KESSLER & PECHANSKY, 2008, p.96-98)

Em 2008, foi publicada uma pesquisa que definia o perfil mais comum do usuário de crack brasileiro. A maioria ainda era do sexo masculino, de classe baixa e jovem, reforçando a ideia de que o crack é uma droga consumida por pessoas de baixa renda, por ser barata. Entretanto, casos do uso da droga por indivíduos das classes média e alta também são relatados com uma certa freqüência, embora ainda não

existam números confiáveis para quantificar com precisão a parcela de usuários que vêm dessas classes.

Não se pode esquecer também do fenômeno das “crianças do crack”. Filhos de mães viciadas, que usam a droga durante a gravidez, essas crianças são intoxicadas ainda na gestação, e já nascem viciadas na substância. Além disso, o uso de crack durante a gravidez pode causar diversas complicações, como aborto espontâneo, prematuridade, diminuição do crescimento do feto, retardamento mental da criança, etc.

Kessler e Pechansky afirmam que a relação entre crack e mortalidade, tão alarmada pela imprensa, não é direta. As mortes de usuários são normalmente mais associadas a disputas de tráfico e ao enfrentamento com a polícia do que com o estrago fisiológico da droga em si. Uma pesquisa realizada em São Paulo com 131 usuários comprovou que as maiores causas de morte dos usuários eram por homicídio e AIDS. Outros estudos também associam o uso de crack ao aumento da agressividade, o que provavelmente influencia nesse quadro de mortalidade dos usuários.

No início dos anos 2000, foram fundadas várias unidades dos chamados CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) em todo o país. Segundo o site da prefeitura⁵, a cidade do Rio de Janeiro abriga 27 CAPS, entre unidades municipais, federais e estaduais. Desses, 4 são os chamados CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), especializados no tratamento de viciados em drogas. Segundo o site oficial da prefeitura, as equipes que trabalham nesses centros são multidisciplinares, contando com psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, entre outros. O encaminhamento para os CAPS pode ser espontâneo, por decisão do próprio usuário; por intermédio de uma outra unidade de atenção primária ou especializada; após uma internação psiquiátrica; por indicação da assistência social ou ainda por ordem judicial. Em fevereiro deste ano, a prefeitura do Rio de Janeiro iniciou a internação involuntária de adultos usuários de crack. A medida já valia para os viciados menores de idade na cidade desde 2011. A internação involuntária é constitucional, e envolve casos extremos de saúde, em que o paciente não pode manifestar se quer ou não ser internado. Ela difere da internação compulsória, que necessita de um pedido da Justiça para que ocorra.

⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/caps>> Acesso em: 12/10/2013

As internações forçadas de dependentes dividem os especialistas. Alguns defendem a internação por acreditarem que o usuário, quando está fora de si, oferece um risco para si mesmo e para os outros ao redor. Sem consciência da realidade, ele precisa ser recolhido. Críticos da medida, por outro lado, afirmam que ela fere o direito constitucional de ir e vir. Outros especialistas, ainda, dizem que o problema não acaba com a internação em si, e que a questão é muito maior que isso: além de internar, é preciso que os critérios utilizados pra a internação sejam rigorosos, e que o paciente tenha um acompanhamento sério e de qualidade. Para ilustrar a situação das internações forçadas em relação aos menores de idade no Rio, um levantamento obtido este ano pelo Jornal do Brasil, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social⁶, revelou que apenas 24,88% das crianças que foram forçadas a irem para os CAPS da cidade foram bem sucedidas no tratamento. Além disso, 59,7% dos menores acolhidos fugiram dos abrigos da prefeitura, e 15,42% deles foram transferidos para abrigos fora do Rio.

A maioria dos especialistas afirma que a abordagem no tratamento de um dependente em crack deve ser multidisciplinar, focando especialmente na prevenção da recaída. Segundo Kessler e Pechansky, o uso de remédios ajuda no tratamento, mas ainda não existe uma medicação considerada 100% eficaz para o uso do crack. Ainda segundo os autores, a estratégia de tratamento que seria mais eficaz focaria em uma estrutura de longo prazo, em etapas, durando de 6 meses a 1 ano. É importante dizer também que a família é um elemento extremamente importante para que o dependente continue firme no tratamento, tanto pela baixa motivação que alguns pacientes podem apresentar, quanto pelo monitoramento que eles precisam ter após a internação para evitar recaídas.

É pertinente observar que o crescimento do consumo do crack no Brasil coincidiu com o fechamento de milhares de leitos psiquiátricos no país, e a rede pública não tem capacidade de absorver toda a demanda. Em entrevista ao canal GloboNews, em abril deste ano⁷, a psiquiatra Fátima Vasconcellos afirmou que nos últimos 30 anos, foram fechados 90 mil leitos psiquiátricos no Brasil. Nesse meio tempo, a população brasileira cresceu, e, segundo Fátima, houve um aumento dos

⁶ Matéria disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/03/17/internacao-compulsoria-de-criancas-usuarias-de-crack-so-25-de-exito/>> Acesso em: 31/10/2013

⁷ Entrevista disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/05/internacao-compulsoria-e-necessaria-em-algumas-situcoes-diz-psiquiatra.html>> Acesso em: 31/10/2013

casos de alcoolismo, consumo de crack e de outras drogas, e as autoridades agora simplesmente não têm onde colocar essas pessoas. Em 2012, segundo matéria do portal G1⁸, o município do Rio de Janeiro tinha pouco mais de 500 vagas para dependentes químicos.

A situação dos usuários de crack no país é bastante complicada e já virou problema de saúde pública e de polícia, à medida em que os dependentes químicos tomam conta de espaços urbanos e utilizam a droga ao ar livre, o que de fato é proibido por lei. Arelada a isso, existe também uma rede muito bem estruturada de comércio da droga, que alimenta as cracolândias e dificulta o combate ao crack. Todos esses fatores dão abertura para um enfrentamento do tráfico e dos usuários por parte da polícia e das autoridades, na grande maioria das vezes, baseada na repressão e em ações violentas. O tratamento dos usuários pela rede pública de saúde não parece surtir efeito, e questiona-se o papel da internação forçada e do simples recolhimento dos dependentes das ruas.

A forte estigmatização que esses usuários sofrem por parte da sociedade e da imprensa os exclui socialmente e os afasta ainda mais do resto da população. Tratados mais como criminosos e “problema de polícia” do que como cidadãos e seres humanos que são, eles se submetem a um ciclo sem fim, recolhidos das ruas pelas autoridades e voltando para elas no dia seguinte. O crack virou um problema muito complexo, que não pode ser resolvido nem a curto e nem a médio prazo.

A tão chamada “guerra contra o crack” parece estar longe de terminar. É importante analisar como essa droga é retratada pela mídia e pelos meios de comunicação para tentar compreender a visão que a sociedade tem em relação aos usuários, ao tráfico e ao crack em si e, se possível, propor novas visões e maneiras de encarar esse tema tão complexo.

4.2 Análise de uma crônica contemporânea sobre o crack

Antes de começar a análise de algumas matérias do jornal O Globo sobre o crack, seria interessante, como introdução, analisar uma crônica do autor Walcyr

⁸ Matéria disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/10/internacao-compulsoria-de-viciados-em-crack-do-rio-gera-polemica.html>> Acesso em: 31/10/2013

Carrasco, publicada na revista *Época* no dia 4 de novembro de 2011.⁹ Nela, o autor relata a visita a uma cracolândia. Quanto mais se avança na leitura do texto, mais clara fica a influência de “Visões d’Ópio”, a crônica de João do Rio analisada no primeiro capítulo deste trabalho.

Os dois autores começam seus textos de jeitos parecidos. Enquanto João do Rio começa assim: “Era às seis da tarde, defronte do mar. Já o sol morrera e os espaços eram pálidos e azuis. As linhas da cidade se adoçavam na claridade de opala da tarde maravilhosa.” (JOÃO DO RIO, 1908, p.19), Walcyr inicia sua crônica com a seguinte frase: “São 11 horas da noite de uma sexta-feira. Estou em frente à Estação Júlio Prestes, no centro de São Paulo.” (CARRASCO, 2011).

Assim como João do Rio visitou as casas de ópio com um amigo que já estava familiarizado com o ambiente, Walcyr também conta que vai visitar uma cracolândia acompanhado de amigos que conhecem o local (um desembargador e sua mulher, um pastor evangélico e alguns discípulos). Chegando lá, ele descreve um ambiente muito parecido com o que João do Rio descreveu quando chegou às casas de ópio, no início do século XX:

Vejo uma montanha de lixo. Cerca de 700 pessoas esqueléticas, sujas, em farrapos, estão encostadas às paredes, nas sarjetas ou andando na rua. Dois grupos tocam pagode. O cheiro de urina e de metal queimado – vindo dos cachimbos aquecidos pelo crack – invade minhas narinas, gruda-se em minha pele (...) Descubro que estou numa feira miserável. No chão, acumulam-se sapatos velhos, latas de sardinha abertas, pilhas, eletrônicos, pães de queijo murchos, tomates quase podres. (CARRASCO, 2011)

A descrição que João do Rio faz dos chineses viciados em ópio e do ambiente das casas onde eles se encontram para fumar é muito parecida. Vale lembrar um trecho de “Visões d’Ópio” já destacado no segundo capítulo:

O ambiente tem um cheiro inenarrável, os corpos movem-se como larvas de um pesadelo e essas quinze caras estúpidas, arrancadas do bálsamo que lhes cicatriza a alma, olham-nos com o susto covarde de coolies espancados. E todos murmuram

⁹ CARRASCO, Walcyr. Uma noite na cracolândia. Revista *Época*, Rio de Janeiro, 4 nov. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2011/11/uma-noite-na-cracolandia.html>> Acesso em: 12/07/2013

medrosamente, com os pés nus, as mãos sujas (...) (JOÃO DO RIO, 1908, p.19)

Durante todo o resto do texto, Walcyr descreve diálogos que teve com viciados em crack e também com os seus amigos, utilizando exatamente o mesmo formato que João do Rio em sua crônica. Ao final do texto de Walcyr, mais uma última semelhança entre as duas crônicas aparece: enquanto João, nas partes finais de “Visões d’Ópio” diz o seguinte: “Cãimbras de estômago fazem-me um enorme desejo de vomitar. Só o cheiro do veneno desnorteia. (...) Fora, as estrelas recamavam de ouro o céu de verão...” (JOÃO DO RIO, 1908, p.22), Walcyr escreve no último parágrafo de seu texto: “Sinto meu corpo pesado. Passo o resto da noite olhando as estrelas do meu terraço. Tenho vontade de chorar.” (CARRASCO, 2011).

É muito clara a similaridade entre os dois textos. Walcyr, muito provavelmente, fez conscientemente um texto parecido com o de João do Rio. Mas o mais interessante desta comparação é perceber que, de fato, é possível fazer um paralelo entre a destruição e os usuários do ópio, no início do século XX, e a do crack, em pleno século XXI. Estas drogas são praticamente sinônimas, com um pouco mais de um século separando-as. O paralelo fica ainda mais claro quando se tem a oportunidade de comparar os dois textos - igualmente publicados na imprensa das suas respectivas épocas, com os mesmos formatos, sobre estes dois temas, escritos em dois séculos diferentes - e ver que, de fato, as duas drogas têm sim muitas coisas em comum. O vício do ópio e a destruição que esta droga causava são muito similares ao vício e à destruição causados pelo crack hoje em dia. Assim fica provado que, se o ópio era uma das drogas que mas causavam destruição no século XX, o crack é o seu similar no século XXI.

Mesmo que a crônica de Walcyr seja ambientada em São Paulo, e este trabalho tenha como um dos focos o discurso sobre o crack no Rio de Janeiro, a título de comparação isso não importa, pois os ambientes das cracolândias nas duas cidades são bastante parecidos. A crônica de Walcyr poderia perfeitamente ter sido escrita a partir de uma visita a uma cracolândia carioca, por exemplo.

Mais uma vez, fica provado que a crônica pode, sim, ser um instrumento para se contar uma notícia e para expor os temas mais importantes de uma sociedade, seja no início do século XX, seja nos dias atuais.

4.3 O discurso contemporâneo do jornal O Globo sobre o crack

Fundado em 1925 por Irineu Marinho, O Globo é o maior jornal do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil. Sua influência na formação da opinião da sociedade carioca sobre os mais diversos assuntos é muito forte. Embora não seja o jornal mais popular que circule pelas bancas da cidade – ele é um jornal mais de classe média e alta - de todos eles, é provavelmente o jornal que tem mais influência na formação de opinião da população carioca em geral.

Segundo diversas matérias do jornal O Globo, o crack chegou ao Brasil em 1985 e surgiu no Rio de Janeiro em 2002. O crack era proibido no Rio até então pois, segundo o jornal, os traficantes achavam que não valia a pena vendê-lo, já que ele tem um poder de destruição muito grande, que acaba matando o usuário muito rápido. Assim, eles perderiam constantemente os clientes, fazendo com que o comércio não valesse à pena. Entretanto, em algum momento, os traficantes de São Paulo, ao venderem a cocaína para os cariocas, estipularam uma venda casada: só venderiam a cocaína se os traficantes daqui também levassem o crack. A droga, então, rapidamente se espalhou pela cidade, com o seu consumo crescendo a níveis exponenciais ano após ano. Desde o início do século XXI, o crack invadiu as páginas do jornal e nunca mais saiu.

A primeira matéria analisada é “Tráfico de crack, a nova ameaça” de 19 de dezembro de 2004. A droga ainda era novidade na cidade. O texto alerta para o aumento do número de dependentes e apreensões da droga no Rio. Logo, ele também associa, sem rodeios, o usuário de crack à violência e à criminalidade. Além disso, o texto também usa as aspas de um pesquisador que havia publicado um artigo sobre o problema, e que alertava que o consumo de crack poderia se transformar em uma “epidemia”:

No artigo, César (...) propõe medidas preventivas urgentes para “evitar uma epidemia”, como já acontece em cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Joinville. – O artigo não tem a intenção de trazer mais medo à população, mas fiquei muito preocupado ao constatar que o crack já está no Rio. A memória que eu tenho das cidades metropolitanas onde o crack se instalou é de verdadeiro pânico. As pessoas achavam que o mundo tinha acabado, explodiram casos de crimes patrimoniais. Em geral, as pessoas ficam rapidamente dependentes e perdem até os seus valores mais básicos. A violência explode porque o dependente é

capaz de roubar com o objetivo de conseguir dinheiro para manter o vício – afirma. (O GLOBO, 19/12/2004).¹⁰

Além das aspas deste pesquisador, a matéria tem como fontes a polícia, pessoas do sistema carcerário, a Secretaria de Segurança Pública, do Conselho Estadual Antidrogas e dois usuários em recuperação, que não têm os seus nomes divulgados.

Algumas coisas chamam a atenção: mesmo que o tom da reportagem seja de alerta sobre uma droga que ainda é novidade na cidade (as fontes sabem que o consumo se espalhou e que as apreensões são mais freqüentes, a droga tem um potencial de virar uma “epidemia” – mas ainda não o é) a associação do consumo do crack com a violência, o tráfico e a criminalidade já é muito forte. A droga, aí, já começa a ser estigmatizada. As fontes que dominam a matéria são ligadas à polícia, ao sistema carcerário e ao governo, ou seja, às entidades de repressão à droga.

Na coordenada, quando o texto dá voz aos usuários em recuperação, eles contam os horrores do vício e confirmam ainda mais o estigma que liga o usuário à violência:

Dependente de cocaína desde os 14 anos, e hoje dependente também de crack, Y., de 41 anos, comemora seis meses sem drogas. Ele recuperou a vida e parte da família, mas ainda luta para conseguir um lugar para morar e um emprego estável. Em tratamento no Cead, Y. conta que chegou a participar de um assalto no pior momento da dependência. – Eu roubei até a minha família. Hoje sei que a diferença entre um dependente e um presidiário é que o dependente não foi preso. Teve mais uma chance. (O GLOBO, 19/12/2004)

A questão aqui não é questionar se de fato o crack leva à violência – até porque não é novidade que alguns usuários ficam violentos em alguns momentos – mas sim, mostrar o tempo todo, durante toda a reportagem, essa associação, sem discutir o que de fato levou essas pessoas a usarem a droga e a chegarem ao fundo do poço. De onde elas vêm? Qual é a origem delas? Que circunstâncias as levaram ao vício? Como conheceram o crack? São perguntas que ficam sem resposta. O texto expõe um problema que é sério de maneira muito superficial. Fala-se – de um jeito alarmista - em “epidemia”, “pânico”, “fim do mundo”, “violência”, tráfico e apreensões, mas a origem dessa situação e os contextos sociais em que ela se

¹⁰ Tráfico de crack, a nova ameaça, 19/12/2004, Rio, p.19

desenvolve em nenhum momento são discutidos. Esse tipo de “negligência” será visto ainda em outros textos analisados.

A próxima matéria analisada é a intitulada “Vidas despedaçadas”, de 30 de abril de 2006. O destaque é para o fato de que a droga, naquele momento, estava chegando às classes média e alta do Rio de Janeiro. Um dos casos mostrados no texto é o do menino X.:

Louro de olhos azuis, 1,81 metro, classe média alta, X., de 18 anos, sentiu na própria pele o poder de destruição. Ele chegou a perder 15 quilos em apenas cinco meses de uso diário de crack (...). Na fissura pela droga, o rapaz lembra que, como um animal, depois de dias sem dormir, revirou móveis do quarto em busca de resíduos das pedras de crack pelo chão. (O GLOBO, 30/04/2006)¹¹

Até então, o crack – até por ser mais barato do que as outras drogas - era associado à população de baixa renda e às favelas. O que chama a atenção aqui é que o texto destaca as características físicas do usuário – alto, louro de olhos azuis – para enfatizar que ele é de “classe média alta”. É uma associação perigosa entre aparência física e classe social. Mostra até que ponto os usuários do crack já tem um perfil definido – e se alguém não se encaixa nesse perfil, aí sim vira notícia. Se o menino X. fosse mais um morador de rua ou da favela, provavelmente não teria voz no texto – e a matéria não existiria. O texto destaca que ele foi internado em uma clínica psiquiátrica particular, e relata, em uma coordenada, o depoimento da mãe de X., contando as dificuldades de ser uma mãe de um usuário de crack. Ela diz que a participação da família é fundamental no processo de recuperação, e que não sabe como o crack entrou na vida do filho. Enquanto os moradores de rua e de favelas são apenas mais um número na grande maioria das reportagens sobre o crack na cidade, nesta, os dependentes de classe média são associados a tratamentos e a histórias de superação, e não à criminalidade. Além disso, é possível perceber que a matéria tem uma pegada mais emocional e dramática. As fontes são da polícia, relatando detalhes do tráfico da droga na cidade, e do coordenador de uma clínica para dependentes químicos, que recebe vários pacientes de classe média e alta para tratamento contra a dependência de crack.

¹¹ Vidas despedaçadas, 30/04/2006, Rio, p.17

Mais uma reportagem analisada é a que possui o título “Cracolândias cariocas”, de 11 de abril de 2008. O texto narra, com uma narrativa inspirada nas crônicas, a rotina de moradores de rua que usam o crack. A primeira parte da matéria dá destaque a dois meninos, duas crianças, que são usuários de crack nas ruas do centro da cidade. O que chama a atenção é que o texto foca o tempo todo no aspecto físico deteriorado dos meninos:

Os dois meninos perambulam pelas ruas do Centro e Cidade Nova, sobrevivendo de esmolas e do dinheiro que ganham engraxando sapatos. Sujo, descalço e muito magro, Lucas tem as pontas dos dedos das mãos queimadas pelo contato com a lata quente usada como cachimbo de crack. O menino diz ter casa, família, mas prefere viver nas ruas. Trêmulo e ansioso, evita muita conversa. Júnior tem aparência melhor, mas é de pouco falar. (O GLOBO, 11/05/2008).¹²

A matéria, portanto, destaca muito os dados mais chocantes e dramáticos da história: o fato de serem crianças e a aparência deteriorada dos meninos. Mas em momento algum questiona porque eles estão nas ruas e onde está a família deles. O menino Lucas até cita que tem uma família, mas “prefere viver nas ruas”. Por que isso? O jornalista não procura saber. Apenas aborda as características mais chocantes da história, mas não se aprofunda nas questões fundamentais do problema.

Em seguida, a matéria cita o aumento das apreensões da droga realizadas pela Polícia Militar, e destaca que a droga vem sendo utilizada também pela classe média. A psiquiatra Maria Thereza de Aquino, do Núcleo de Pesquisas e Atenção ao Uso de Drogas da UERJ (NEPAD), reforça que de fato isso está acontecendo, e destaca o uso da droga também por crianças e adolescentes. Um sociólogo chama a atenção para um possível crescimento do número de furtos nas proximidades das “bocas de crack”. O jornalista também descreve a movimentação dos dependentes no Largo de São Francisco, no centro da cidade. Ele observa, de longe, os usuários comprando a droga de três homens suspeitos, e usando. Por fim, a coordenadora do NEPAD, Ivone Ponkzec, explica que o crack é a “droga do desespero”. Além disso, a matéria também tem fontes da polícia e da secretaria de segurança pública.

É interessante perceber a diferença de representação entre os personagens de classe média alta da matéria anterior os moradores de rua desta matéria: os adultos do

¹² As cracolândias cariocas, 11/05/2008, Rio, p.14

Largo de São Francisco não têm nome e são apenas mais alguns que consomem a droga ao ar livre no centro da cidade. As crianças só têm destaque por serem crianças, mas também não se procura saber o histórico familiar delas – ao contrário do menino X. da matéria anterior, que tem até a mãe dando depoimento em uma coordenada. Quase não se fala em opções de tratamento para os moradores de rua (a não ser no momento onde o texto diz que a coordenadora do NEPAD discute a necessidade ou não de internar os usuários jovens), enquanto na matéria anterior os usuários de classe média se tratam em clínicas particulares – e, inclusive, uma das fontes é de uma clínica particular de tratamento de dependentes.

A próxima matéria é a intitulada “Crack: polícia apreende 2.378 pacotes”, de 14 de maio de 2008. Ela merece apenas uma análise rápida, a título de constatação de que, de fato, o crack virou assunto de segurança pública:

Policiais do 16º BPM (Olaria) prenderam ontem, no Complexo do Alemão, Fábio Henrique da Silva, de 24 anos. Com ele, foram encontrados 2.378 pacotes de crack e 1.262 papérolas de cocaína. Esta é a maior apreensão de crack feita este ano pela polícia do Rio, que chegou a apreender 5.262 pedras no Morro da Mangueira (...). (O GLOBO, 14/05/2008)¹³

A página é ilustrada com um carro de polícia (onde a palavra “polícia” é destacada no enquadramento) com vários pacotes com crack no capô do veículo, e depois policiais manuseando a droga. Ou seja, é uma típica matéria de polícia, que corrobora o discurso repressivo contra o tráfico que virou padrão: dá detalhes da apreensão, fala que um dos traficantes presos vinha de uma favela do Complexo do Alemão, usa aspas mais uma vez da psiquiatra Maria Thereza Aquino (falando novamente do aumento do número de usuários na classe média), e fontes também da polícia.

Mais uma das matérias analisadas é a que tem como título “Beco do crack com vista para o mar”, de 5 de maio de 2011. O texto fala sobre a chegada da droga nos arredores das favelas da Rocinha e do Vidigal. E já começa reafirmando os estereótipos dos usuários de crack, - o que apenas ajuda a excluí-los socialmente:

As imagens de jovens maltrapilhos consumindo crack, comuns em favelas da periferia do Rio, começam a chegar aos arredores da

¹³ Crack: polícia apreende 2.378 pacotes, 14/05/2008, Rio, p.16

Rocinha, em São Conrado, e do Vidigal, no Leblon. Às margens da Avenida Niemeyer, a escadaria de acesso a um ponto de ônibus, próximo a um hotel cinco estrelas, virou ponto do consumo de pedras (...). (O GLOBO, 05/05/2011)¹⁴

A matéria, mais pra frente, apresenta aspas de uma moradora de um das “casas de alto padrão” da estrada do Vidigal, onde alguns usuários se reúnem para usar a droga, relatando que já chamou a Polícia Militar, mas que nada aconteceu. Ou seja, para ela, de fato, o problema só pode ser resolvido com repressão policial, e o jornal ratifica essa visão quando dá espaço a esse tipo de discurso:

Os moradores temem que a movimentação de usuários de crack resulte em roubos e arrombamentos de casas e carros. – Precisamos de uma UPP – disse um morador, que, por motivos de segurança, pede para não ser identificado. (O GLOBO, 05/05/2011)

Na matéria, existe uma coordenada sobre a maior apreensão de crack feita na cidade até aquele momento, em uma operação da polícia na favela do Mandela, em Manguinhos. O texto destaca que “não houve confronto”, e a operação foi realizada com 30 policiais de um batalhão da região e dois veículos blindados. Junto com a droga foram apreendidas armas. É mais uma ratificação da ideia de que o discurso mais reproduzido pela imprensa é o policial-repressivo, e que de fato existe uma militarização muito forte do combate ao crack. Diz um comandante da polícia:

O comandante do Batalhão da Maré, tenente-coronel Gláucio Moreira da Silva, revelou que suas equipes também têm recolhido muitos dependentes químicos nas cracolândias. Ele ressaltou, no entanto, que esse trabalho não é eficiente porque os usuários precisam de tratamento médico e psicológico adequado. – A polícia recolhe essas pessoas, que estão com fome, sujas, mas elas voltam, infelizmente. Essa droga está acabando com as famílias. É um grande mal familiar – disse o tenente-coronel. (O GLOBO, 05/05/2011)

É interessante perceber que o policial admite que às vezes é papel da própria polícia recolher os dependentes químicos - e que isso não resolve o problema. Portanto, é possível perceber, mais uma vez, que há uma forte criminalização e repressão do usuário, em detrimento de um tratamento digno e humano, ao qual eles têm direito.

¹⁴ Beco do crack com vista para o mar, 05/05/2011, Rio, p.12

A próxima matéria analisada é a que se chama “A multiplicação das pedras”, de 28 de outubro de 2009. O texto fala sobre o crescimento exponencial do tráfico de crack no Rio, com aspas da polícia e dados de uma pesquisa. A foto que ilustra é a de dois moradores de rua dormindo na porta de um restaurante, e a legenda diz que são dois menores, “aparentemente drogados”. Baseado em que o jornalista é capaz de afirmar isso? Apenas pela aparência dos moradores de rua? É mais uma prova de que existe um perfil já muito enraizado do usuário de crack, que o jornal replica em quase todas as reportagens sobre a droga. A matéria ainda fala que a presença mais maciça da droga na cidade está diretamente relacionada ao crescimento da violência, e dá destaque ao caso de um músico que matou a namorada no Flamengo naquele ano. O texto conta que o músico foi transferido de prisão para poder ser tratado com mais facilidade caso tivesse algum surto:

Preso no mesmo dia, Bruno foi transferido ontem da Polinter de Neves, em São Gonçalo, para o Presídio Ary Franco, em Água Santa. Parentes do músico recorreram à defensoria pública para obter a sua transferência: - Caso ele tenha algum problema em Água Santa, o socorro é mais rápido, já que lá eles têm médicos e a estrutura é bem melhor. Se ele tivesse algum problema aqui, até chegar a um hospital em São Gonçalo, poderiam acontecer problemas – disse o diretor da Polinter, Orlando Zaconi. – Não podíamos ficar com ele, já que não temos pessoal de saúde especializado nesses casos. (O GLOBO, 28/10/2009)¹⁵

A questão que fica é a seguinte: e se fosse um usuário recolhido em uma das inúmeras operações policiais nas favelas da cidade, que tivesse de fato também os mesmos problemas psicológicos do usuário de classe média? Seria tratado da mesma maneira? Teria o mesmo espaço em uma matéria de jornal?

Na próxima reportagem analisada, “Crack: ação no Catete já recolheu 608 usuários”, de 22 de maio de 2012, fica muito claro como os usuários de crack que vivem na rua são tratados: como se fossem apenas números para ilustrar uma matéria sobre o crescimento do uso da droga na cidade. Segundo o texto, uma pesquisa confirma que o crack é a droga mais usada pelos moradores de rua. O texto dá números detalhados sobre os percentuais de moradores de rua que admitem que são viciados em crack e a faixa etária deles, mas em momento nenhum dá voz a eles. São mais alguns números na matéria, como se fossem objetos recolhidos das ruas. São

¹⁵ A multiplicação das pedras, 28/10/2009, Rio, p.12

apenas estatísticas. Em momento algum se procura saber do histórico pessoal, quem são, de onde vêm e porque estão nas ruas.

O texto também afirma que apenas 30% dos moradores recolhidos nas ruas continuam o tratamento, mas também fica uma pergunta sem resposta: quais são os motivos que levam a esse fracasso no tratamento?

Apenas no final do texto, nas aspas de um psicólogo, é explorada muito superficialmente a questão da falta de estrutura familiar como sendo um dos motivos que levam as pessoas para as ruas:

De acordo com o psicólogo Israel Cortes, que coordenou a pesquisa sobre o perfil dos usuários de crack no Abrigo de Paciência, a maioria é homem e tem de 18 a 25 anos, além de apresentar histórico familiar de moradia nas ruas: - São pessoas que sofrem com a falta de estrutura familiar e estão à margem da sociedade. (O GLOBO, 22/05/2012)¹⁶

Por fim, a última reportagem analisada se chama “Metamorfose ambulante”, de 25 de julho de 2011. A matéria começa com uma foto dos usuários andando em fila na linha de um trem. A legenda, embaixo, diz que a operação na comunidade do Jacarezinho recolheu cem pessoas, e teve apoio da Guarda Municipal, Polícia Civil e Polícia Militar. Mais uma evidência de que, de fato, a questão do crack virou um caso de polícia.

A reportagem é a primeira que dá cara aos usuários de rua, mas apenas para comparar as fotos deles de quando foram presos e mostrar a degradação física que a droga pode causar. O foco é todo nessa degradação: “Em cinco anos, o uso do crack mudou por completo a fisionomia de Carlos, um homem moreno que usava camisa gola polo ao ser detido, em julho de 2005. A foto da segunda prisão, em junho passado, revela uma pessoa deformada.” (O GLOBO, 25/07/2011).¹⁷

Ou ainda:

A transformação sofrida por Ana, desde a primeira prisão, em 26 de junho de 2006, dimensiona os danos causados pelo uso freqüente de crack. A primeira imagem mostra uma mulher de aparência normal, com os cabelos alisados. A segunda, feita em fevereiro de 2009, revela uma pessoa definhando. A seguinte,

¹⁶ Crack: ação no Catete já recolheu 608 usuários, 25/05/2012, Rio, p.13

¹⁷ Metamorfose ambulante, 25/07/2011, Rio, p.10

retratada em março passado, mostra uma mulher arruinada pela droga (...) (O GLOBO, 25/07/2011).

Em seguida, a matéria explica cientificamente porque esta degradação física acontece, relatando os efeitos da droga no organismo: “O crack provoca destruição dos neurônios e a degeneração dos músculos do corpo (rabdomiólise), o que dá a aparência característica (esquelética) ao indivíduo: ossos da face salientes, braços e pernas finos e costelas aparentes.” (O GLOBO, 25/07/2011)

Ou seja, o texto traz um argumento médico-científico para definir o perfil do usuário de crack. Dá um respaldo científico à imagem estigmatizada do dependente químico. Além disso, a reportagem mostra o caminho de alguns usuários até o fundo do poço, mas não se preocupa em investigar o que levou essas pessoas, que anteriormente eram “normais”, a abandonar tudo e chegarem a esse ponto de degradação. Mais uma vez, a psicóloga Maria Thereza de Aquino, do NEPAD, é uma das entrevistadas.

Depois da análise de várias matérias, é possível perceber que o discurso do jornal O Globo em relação aos usuários de crack é praticamente sempre o mesmo: estigmatiza os usuários de rua, raramente dá voz a eles – e, quando dá, é em um contexto que reforça os clichês em relação a essas pessoas -, os trata como caso de polícia e fala muito pouco dos motivos que os levaram às ruas e ao vício. As vezes em que não houve uma reprodução mais incisiva desses estereótipos foram quando as matérias falaram de usuários de classe média e alta, que foram retratados com mais atenção e tiveram mais destaque para as suas histórias. Fora esses breves momentos, o jornal reforçou o discurso estigmatizante em relação aos viciados em crack, e praticamente em momento algum, nas matérias analisadas, procurou aprofundar a questão e identificar os motivos que levaram os dependentes retratados nas reportagens a irem para a rua e se tornarem usuários de crack. Além disso, o jornal também deu muito pouco espaço para a discussão do tratamento desses usuários, ou procurou saber como e quais são os lugares para onde os dependentes são levados.

Em relação ao tráfico, ele foi retratado pura e simplesmente como caso de polícia em matérias tipicamente policiais, com policiais e autoridades do governo como as únicas fontes das reportagens, dando destaque à repressão policial.

Além disso, a análise ratificou o que foi dito no capítulo anterior em relação à limitação das fontes utilizadas pelos jornais brasileiros em matérias sobre o crack: a esmagadora maioria das fontes destas reportagens d'O Globo são os mesmos

psicólogos e sociólogos (as psicólogas e psiquiatras do NEPAD estão em praticamente todas as matérias), autoridades policiais e de órgãos do governo. Não existe uma pluralidade de visões e de opiniões sobre a questão do crack, o que de fato empobrece o debate sobre a droga na sociedade.

5. Conclusão

Uma das primeiras teorias que eu quis confirmar ao longo do trabalho - e acredito que tenha conseguido - é a de que houve sim uma grande mudança - da Belle Époque para a atualidade - da visão que a sociedade brasileira tem em relação às drogas ilícitas. Quando comecei o trabalho, era apenas uma forte impressão que eu tinha. Mas, com as pesquisas e análises dos textos, eu pude comprovar que, de fato, as substâncias ilícitas foram mudando pouco a pouco de lugar no imaginário social brasileiro. Foi incrível acompanhar essa mudança, através das crônicas do século XX e dos textos jornalísticos contemporâneos do jornal O Globo: enquanto, nas primeiras, pude confirmar que a cocaína e o ópio eram encarados de uma maneira tão menos criminalizada que eram vendidos em farmácias, nos segundos pude mostrar a dimensão violenta, policial, judiciária e de saúde pública que a droga mais comentada do momento – o crack – tomou a partir de sua entrada em solo carioca, na primeira década do século XXI.

Em relação a isso, acredito que foi de extrema importância analisar a evolução da legislação sobre drogas no país. Graças ao autor Nilo Batista, pude mostrar – sem, é claro, toda a expertise e os termos do Direito, que não é minha área de graduação – desde os idos do século XVII, a gradual criminalização do comércio das drogas ilícitas e dos seus usuários no Brasil. Esta parte do trabalho foi uma enorme jornada de descoberta pessoal, já que pude refletir sobre esse tema de ângulos que eu nunca havia pensado. Foi extremamente interessante, para mim, perceber e relacionar esse endurecimento das leis com o contexto histórico internacional de cada época. A princípio, eu não havia cogitado no meu pré-sumário este item do capítulo. Entretanto, agora, ao final do trabalho, acredito que tenha sido um dos itens mais fundamentais na estrutura da monografia.

Outro fator que achei interessante foi comprovar a carga jornalística de cada crônica do início do século XX mostrada no trabalho: não é a toa que classificam o trabalho de João do Rio como crônica-reportagem. O trabalho de Benjamin Costallat na série “Mistérios do Rio”, a meu ver, também pode perfeitamente se encaixar nesta classificação. Esses textos de fato serviram para nos mostrar como o Rio de Janeiro do início do século XX era organizado, e como as drogas eram vistas e consumidas naquela sociedade que estava em plena transformação.

Também acredito que tenha sido bem sucedida em constatar que, de fato, houve e ainda há uma forte criminalização dos usuários de droga, traficantes e das próprias substâncias ilícitas por parte da imprensa, tanto brasileira quanto carioca. De fato, concordo plenamente com a pesquisa da Agência de Notícias dos Direitos da Infância em parceria com o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, que comprovou que as fontes ouvidas na grande maioria das matérias sobre drogas são sempre as mesmas, fazendo com que o debate sobre o assunto na sociedade fique engessado, apoiado sempre nas mesmas opiniões e visões. Nas matérias analisadas do jornal O Globo, pude perceber claramente isso: os profissionais do NEPAD – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas - da Universidade Estadual do Rio de Janeiro estavam sempre presentes entre os entrevistados, além de autoridades da prefeitura e do governo do Estado, de órgãos públicos e também da Polícia Militar. Em quase nenhuma matéria os usuários tiveram voz – e, quando tiveram, foi para relatar os horrores dos efeitos do crack, reforçando os estereótipos em relação à droga e servindo ao leitor como uma espécie de mau exemplo assustador e melancólico. Fora isso, na grande maioria das reportagens, os usuários eram tratados como meros números ou personagens acompanhados de longe por algum repórter. Apenas em duas matérias, onde os usuários personagens eram de classe média e alta, eles foram tratados com um pouco mais de cuidado e de respeito. Procurou-se ouvir as famílias, entender minimamente os motivos que os levaram a usar a droga, etc. Enquanto os dependentes de classes mais altas foram retratados como “doentes em recuperação”, contando com o apoio da família e com profissionais de clínicas particulares de reabilitação, os usuários de rua foram estrelas principais (mas sem direito a ter voz) das matérias sobre operações policiais. Fiquei impressionada de constatar que ainda existe, sim, em um dos maiores jornais do país, essa separação de olhar entre o pobre e o rico, o morador de rua e o morador de um apartamento em Copacabana ou no Flamengo.

É assim em praticamente todas as matérias: fala-se muito no mal que o crack pode causar ao corpo humano, ao transtorno que os usuários moradores de rua podem gerar para os moradores dos bairros da cidade, do absurdo que é ter crianças nas ruas viciadas na droga, da quantidade de droga apreendida nessa ou em outra favela, mas em nenhum momento encontrei uma matéria que realmente abordasse a questão do crack de maneira mais profunda. Qual é a origem desses moradores de rua que usam a droga? Eles têm família? Qual foi o contexto social que levou essas pessoas a saírem

de casa? O tratamento dado a eles pelo sistema público de saúde funciona? Como é esse tratamento de verdade? Para onde eles são levados? Qual seria o tratamento ideal? Por que eles continuam se multiplicando nas ruas, mesmo que toda hora existam operações da prefeitura para retirá-los de lá? Será que a polícia está preparada para lidar com esses dependentes químicos? E os traficantes, porque são traficantes? A meu ver, são questões de extrema importância, que foram surgindo na minha cabeça ao longo do trabalho, mas que infelizmente não foram respondidas pelas matérias dos jornais. Ao invés disso, o que vi foi uma replicação de discursos vazios, estigmatizantes e criminalizantes em relação aos usuários de crack, ao comércio e à droga em si. Desse modo, a sociedade se afasta cada vez mais dos dependentes químicos, excluindo-os e piorando cada vez mais a situação dessas pessoas, que precisam muito de ajuda.

O estereótipo dos dependentes de crack está formado nas cabeças das pessoas e ratificado nas páginas (muitas vezes, policiais) dos jornais. A droga, de fato, se transformou em um problema de segurança pública, judicial e de saúde. O que eu pude concluir nesta segunda etapa do estudo, é que a estigmatização das drogas, assim como de seus usuários, serve de cobertura conveniente para os reais problemas estruturais da sociedade, e que muitas vezes são os verdadeiros responsáveis pela busca dessas substâncias: falta uma educação pública de qualidade, falta uma saúde pública de qualidade, falta estrutura familiar, falta emprego, falta oportunidade, falta opção. Fala-se muito sobre o leite derramado, mas quase nada sobre os motivos que levaram o copo a cair.

Por fim, em relação ao lado acadêmico, acho de extrema importância que existam mais trabalhos sobre a relação entre imprensa e drogas no Brasil. Na realidade, eles existem aos montes, mas, pelo menos os que eu li, são na maioria ou pesquisas de leitura difícil, com milhares de dados e porcentagens, ou trabalhos não muito aprofundados, que apenas analisam reportagens sem uma base teórica sólida e mais completa. Senti falta de trabalhos mais consistentes, como o da Agência de Notícias dos Direitos da Infância em parceria com o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, que misturem esses elementos: os números, a análise de reportagens e teorias diversas sobre o tema.

6. Referências:

Agência de Notícias dos Direitos da Infância, & Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. *Mídia e Drogas: O perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira*. Brasília, DF: Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2005.

BATISTA, N. Política criminal com derramamento de sangue. In.: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Número 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BOON, M. *The road of excess: a history of writers on drugs*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2002.

BUCHER, R., & OLIVEIRA, S. R. M. O discurso do "combate às drogas" e suas ideologias. In.: *Revista de Saúde Pública*, 1994, p. 137-145.

CARLINI-COTRIM, B. Movimentos e discursos contra as drogas: O caso da sociedade norte-americana. *Revista ABP-APAL*. Número 2. 1995, p.93-101.

CARRASCO, W. Uma noite na cracolândia. *Revista Época*, Rio de Janeiro, 4 nov. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2011/11/uma-noite-na-cracolandia.html>> Acesso em: 20/08/2013

COSTA, C. *Pena de aluguel: Escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COSTALLAT, B. *Mystérios do Rio*. Rio de Janeiro: Benjamim Costallat e Miccolis Editores, 1924.

DUAILIB L.B, RIBEIRO M, LARANJEIRA R. Profile of cocaine and crack users in Brazil. *Cad Saúde Publica*. Número 24(supl 4), 2008, p. 545-547.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARTMAN D.M, GOLUB A. The social construction of the crack epidemic in the print media. *Journal of Psychoactive Drugs*. Número 31, p. 423-433.

JOÃO DO RIO. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, 1908. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000039.pdf>> Acesso em: 12/07/2013

KESSLER, F & PECHANSKY, F. Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do crack na atualidade. In.: *Revista Psiquiatria*, número 30. Rio Grande do Sul, 2008, p.96-98. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v30n2/v30n2a03.pdf>> Acesso em: 28/10/2013.

LEVINE, H.G & REINARMAN, C. *Alcohol prohibition and drug prohibition. Lessons from alcohol policy for drug policy*. Amsterdam: CEDRO, 2004. Disponível em: <<http://www.cedro-uva.org/lib/levine.alcohol.html>> Acesso em: 04/10/2013

MALAGUTI, V. Drogas e criminalização da juventude pobre no Rio de Janeiro. In.: Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Número 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996, p. 238.

MALAGUTI, V. Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Instituto Carioca de Criminologia. Coleção Pensamento Criminológico: Volume 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998, p. 88 e 89.

MARINHO, M. B. O demônio nos "paraísos artificiais": Considerações sobre as políticas de comunicação para a saúde relacionadas ao consumo de drogas. In.: Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 2005, p. 343-354. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141432832005000200010&script=sci_arttext> Acesso em: 31/10/2013

NEEDELL, J.D. Tropical Belle Epoque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-century Rio de Janeiro. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

NOTO, A. R., BAPTISTA, M. C., FARIA, S. T., NAPPO, S. A., GALDURÓZ, J. C. F., & CARLINI, E. A. Drogas e saúde na imprensa brasileira: Uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. Cadernos de Saúde Pública, 2003, p. 69-79. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n1/14906.pdf>> Acesso em: 28/10/2013

NOTO, A. R.. O uso das drogas psicotrópicas no Brasil: Última década e tendências. In.: Mundo da Saúde, 1999. Número 23, p.5-9.

REZENDE, B. Cocaína: literatura e outros companheiros de ilusão. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

RONZANI, T. M., FERNANDES, A. G. B., GEBARA, C. F. de P., OLIVEIRA, S. A., SCORALICK, N. N., & LOURENÇO, L. M. Mídia e drogas: Análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. In.: Ciência & Saúde Coletiva. Número 14, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n5/16.pdf>> Acesso em: 03/10/2013

ROMANINI, M., & ROSO, A. Mídia e Crack: Promovendo saúde ou reforçando relações de dominação? In.: Psicologia: Ciência e Profissão, 2012, p. 82-97.

RYDLE, C. & WASSERMANN, R. Heroína passa de mito a ameaça real no país. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21/03/1998, Cidades, p. C-1.

VEDOVATTO, S. M. A. Contrapondo o discurso midiático sobre drogas - Nem tão feios, nem tão sujos, nem tão malvados: Pessoas de bem também usam drogas!. In.: L. M. B. Santos (Org.), Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010, p.159-166.

ZACCONE, O. Sistema penal e seletividade punitiva no tráfico de drogas. In.: Revista Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. Vol.: 14. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 181 a 194.

ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. In.: Estudos Avançados, 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161.pdf>> Acesso em: 20/10/2013

ZALUAR, A(Org.). Drogas e Cidadania: Repressão ou Redução de Riscos. São Paulo: Brasiliense, 1999

Websites:

Acervo digital do jornal O Globo. Disponível em:
<<http://acervo.oglobo.globo.com/>> Acesso em: múltiplas datas

G1. < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/10/internacao-compulsoria-de-viciados-em-crack-do-rio-gera-polemica.html>> Acesso em: 31/10/2013

G1. < <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/05/internacao-compulsoria-e-necessaria-em-algumas-situcoes-diz-psiquiatra.html>> Acesso em: 31/10/2013

JORNAL DO BRASIL. <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/03/17/internacao-compulsoria-de-criancas-usuarias-de-crack-so-25-de-exito/>> Acesso em: 17/11/2013

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/caps>>
Acesso em: 12/10/2013